



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Catarina Isabel da Costa Batista

A evolução da contabilidade e o quotidiano num gabinete de contabilidade

Relatório de Estágio de Mestrado

Orientado por:

Doutor António Anacleto Viegas Ferreira

Instituto Politécnico de Tomar

Relatório de Estágio de Mestrado apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Auditoria e Análise Financeira

Dedico este trabalho ...

Aos meus pais.

DECLARAÇÃO

Nome: Catarina Isabel da Costa Batista

Endereço Eletrónico: catarinabatista20@hotmail.com

Título do Relatório de Estágio do Mestrado: A evolução da contabilidade e o quotidiano num gabinete de contabilidade

Orientador: Doutor António Anacleto Viegas Ferreira

Ano de Conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Auditoria e Análise Financeira

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA RELATÓRIO.

Instituto Politécnico de Tomar, 2014/10/31

Assinatura:_____

RESUMO

O presente relatório tem por base um estágio curricular, cujo principal objetivo é aplicar e consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico a situações práticas num contexto laboral. Tendo o mesmo sido realizado no âmbito do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira no Instituto Politécnico de Tomar, que decorreu na empresa Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda., com sede em Vila Nova da Barquinha e cuja atividade principal é a prestação de serviços de contabilidade, gestão e consultoria e que se realizou na filial de Tomar, no período que decorreu de abril de 2014 a setembro do mesmo ano.

Assim, no presente relatório, é feita uma introdução onde é descrita a entidade acolhedora, o motivo da escolha da modalidade de estágio, assim como o objetivo geral do estágio mas também os objetivos específicos do mesmo e ainda a forma como está estruturado o relatório de estágio. Seguidamente será apresentada uma revisão de literatura onde é evidenciada a origem e evolução do conceito da contabilidade e da sua profissão. Posteriormente será apresentado um estudo do setor da atividade de contabilidade, assim como a entidade acolhedora. Em seguida será feita referência à metodologia utilizada no trabalho de campo.

Posteriormente serão descritas as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio, nomeadamente a organização e processo de contabilização de documentos, as práticas de controlo interno, sendo ainda feita referência às principais obrigações fiscais e não fiscais, mas também às operações de fim de exercício, sendo seguidamente apresentada uma análise crítica às tarefas desenvolvidas. Por último nas conclusões serão apresentadas as principais conclusões deste estágio, assim como as limitações encontradas no decorrer do estágio e ao longo da realização do relatório sobre o mesmo.

Palavras – Chave: Contabilidade, Obrigações, Práticas contabilísticas.

ABSTRACT

The present report is based on a curricular internship whose purpose is to consolidate and apply the knowledge acquired throughout my academic path to practical situations in a work context. Having been conducted under the Master in Audit and Financial Analysis at the Polytechnic Institute of Tomar, which was held in the enterprise Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda., headquartered in Vila Nova da Barquinha whose principal activity is the provision of accounting services, management and consulting, and held the branch of Tomar in the period which took place from April 2014 to September of the same year.

Thus in this report is an introduction which describes the hosting organization, the reason for the choice of modality of internship, as well as the overall goal of the internship but also the specific objectives of the same and even the way the internship report is structured. Then a literature review which highlights the origin and evolution of the concept of accounting and its profession will be presented. Subsequently a study of the activity of the accounting industry will be presented, as well as for the hosting organization. Following, a reference to methodology used in the field work will be made.

Afterwards tasks developed during the internship will be described, including the organization and document accounting process, the practices of internal control, and making reference to the main fiscal and non-fiscal obligations, but also the year-end operations, and then presented a critical analysis of the developed tasks. Finally in the conclusions are presented the main conclusions of this internship, as well as the limitations encountered during the internship and throughout the completion of the report on the same.

Keywords: Accounting, Obligations, Accounting practices.

AGRADECIMENTOS

O presente relatório constitui o final de uma etapa muito importante da minha vida e marca a despedida do meu percurso académico. Como tal, não podia deixar de agradecer às pessoas que me apoiaram e que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo de todo o meu percurso académico e que conquistaram a minha admiração e me transmitiram os seus conhecimentos, tratando-me com respeito e amizade. Assim, uma enorme gratidão e os meus mais sinceros agradecimentos:

A todos os docentes que ao longo do meu percurso académico contribuíram para a minha formação académica e pessoal.

Aos sócios da Barquiconta, Contabilidade e Gestão Lda., nomeadamente ao Doutor António Ferreira e à Sr.^a Nereida Ferreira, que me receberam da melhor forma e a todos os colaboradores da empresa pela forma como me acolheram e por todo o apoio, ajuda e cooperação que me deram durante o período do estágio.

Ao Doutor António Ferreira, na qualidade de orientador do Instituto Politécnico de Tomar, que desde o início se mostrou disponível para colaborar no progresso e desenvolvimento dos meus conhecimentos.

À Dra. Ana Canaverde, na qualidade orientadora de estágio na Barquiconta, Lda., pelo apoio, disponibilidade, dedicação, profissionalismo e transmissão de conhecimentos no decorrer de todo o estágio.

Agradeço igualmente ao Doutor Jorge Simões docente da Escola Superior de Gestão de Tomar, pelo acompanhamento e disponibilidade prestados.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram e ajudaram ao longo deste percurso académico, por todo o apoio prestado, um muito obrigado por me ajudarem a crescer e a tornar-me no que sou hoje.

Um especial agradecimento aos meus pais, por toda a dedicação, esforço e colaboração e por todo o apoio e motivação que me deram durante a minha vida académica. Ao meu irmão, que juntamente com os meus pais sempre me apoiou. A toda a minha família que sempre acreditou em mim, me apoiou e me deu força para continuar.

Aos colegas de mestrado, especialmente à Raquel, ao Pedro e à Sandra que sempre me apoiaram e que não me deixaram desistir, fazendo-me acreditar e dando-me força para continuar, muitas vezes com um abraço ou com um simples sorriso.

Não poderia terminar sem agradecer a alguém muito especial, por tudo o que fez por mim e a quem retirei bastante tempo, mas que sempre me deu um apoio incondicional, força, motivação e mostrou absoluta compreensão e cooperação, e que contribuiu para o sucesso deste meu percurso académico.

A todos o meu muito obrigado!

Índice

Índice de Figuras	XIX
Índice de Gráficos.....	XXI
Lista de Abreviaturas e Siglas	XXIII
1. Introdução	1
1.1. Enquadramento e descrição do local de estágio.....	1
1.2. Justificação da escolha da modalidade de estágio.....	1
1.3. Objetivo Geral.....	2
1.4. Objetivos Específicos.....	2
1.5. Estrutura do Relatório de Estágio	2
2. Revisão de Literatura	5
2.1. Introdução	5
2.2. Origem, evolução do conceito e objetivos da contabilidade.....	6
2.3. Evolução da contabilidade e da sua profissão.....	14
2.4. Síntese	26
3. Estudo do Setor	29
3.1. Introdução	29
3.2. Setor das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”	30
3.3. Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda.....	40
3.3.1. Missão e Visão	41
3.3.2. Organigrama.....	42
3.3.3. Serviços	42
3.4. Síntese	45
4. Metodologia	47
4.1. Introdução	47
4.2. Método de investigação.....	48
4.3. Síntese	50

5. Tarefas desenvolvidas	51
5.1. Introdução	51
5.2. Organização e processo de contabilização de documentos	52
5.2.1. Receção e seleção.....	52
5.2.2. Arquivo	53
5.2.3. Classificação	55
5.2.4. Lançamento	56
5.3. Práticas de controlo interno	58
5.4. Obrigações fiscais	60
5.4.1. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	61
5.4.2. Declaração Anual/ IES	66
5.4.3. Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC).....	68
5.4.4. Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	71
5.5. Obrigações não fiscais	73
5.5.1. Contribuições para a Segurança Social	74
5.5.2. Fundos de compensação do trabalho	76
5.5.3. Relatório único	77
5.6. Operações de fim de exercício	78
5.6.1. Encerramento de contas e apuramento do resultado contabilístico	79
5.6.2. Elaboração das demonstrações financeiras	80
5.6.3. Prestação de contas	81
5.6.4. Relatório de gestão	81
5.6.5. Dossiê fiscal	82
5.7. Síntese.....	84
6. Análise Crítica	87
6.1. Introdução	87

6.2. Organização e processo de contabilização de documentos.....	88
6.3. Práticas de controlo interno.....	88
6.4. Obrigações fiscais	89
6.5. Obrigações não fiscais.....	89
6.6. Operações de fim de exercício	89
6.7. Síntese	91
7. Conclusão.....	93
7.1. Principais conclusões	93
7.2. Limitações	95
Bibliografia.....	97
Anexos.....	101
Anexo 1	103
Anexo 2	104
Anexo 3	106
Anexo 4	107
Anexo 5	108
Anexo 6	109
Anexo 7	110
Anexo 8	111

Índice de Figuras

Figura 1 – Organigrama da Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda.	42
Figura 2 – Lançamentos Contabilísticos.....	57
Figura 3 – Esquemas da passagem do saldo do extrato de conta do banco para o saldo do extrato bancário e vice-versa.....	60
Figura 4 – Taxas de IVA aplicadas em Portugal Continental.....	64
Figura 5 – IES – Anexo A – quadro relativo à demonstração de resultados por naturezas	67
Figura 6 – Modelo 22 – Folha de Rosto – Q07 – Apuramento do Lucro Tributável	69
Figura 7 – Modelo 3 – Anexo A – Rendimento de Trabalho Dependente e Pensões.....	72
Figura 8 – Entrega do relatório único	78
Figura 9 – Esquema sequencial das operações de fim de exercício	79

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem	30
Gráfico 2 – Pessoal ao serviço das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem	31
Gráfico 3 – Volume de negócios das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem	32
Gráfico 4 – Evolução temporal do número de empresas e pessoal ao serviço, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”	33
Gráfico 5 – Evolução temporal do volume de negócios das empresas, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”	34
Gráfico 6 – Empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem	35
Gráfico 7 – Pessoal ao serviço das empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria”, consultoria fiscal, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem	36
Gráfico 8 – Volume de negócios das empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria”, consultoria fiscal, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem	37
Gráfico 9 – Evolução temporal do número de empresas e pessoal ao serviço, no Médio Tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”	38
Gráfico 10 – Evolução temporal do volume de negócios das empresas, no Médio Tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”	39

Lista de Abreviaturas e Siglas

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração/
Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade, Auditoria e Administração

APOTEC – Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas/Associação Portuguesa dos
Técnicos de Contabilidade

APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas

ATOC – Associação dos Técnicos Oficiais de Contas

CAE – Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CEE – Comunidade Económica Europeia

CHC – Comissão da História da Contabilidade

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CNS – Comissão de Normalização Contabilística

CRCSPSS – Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança
Social

CROC – Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

DGO – Direção Geral de Contribuições e Impostos

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

FGCT – Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudo

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standards Board

IATOC – Instituto para Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas

IES – Informação Empresarial Simplificada

IFAC – International Federation of Accountants

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IPC – Índice de Preços do Consumidor

LGT – Lei Geral Tributária

MTSSS – Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde

NCRF – Normas Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NI – Normas Interpretativas

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PEC – Pagamento Especial por Conta

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PPC – Pagamento Por Conta

RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias

RLE – Resultado Líquido do Exercício

RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida

ROC – Revisores Oficiais de Contas

SAFT-PT – Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese Version

SIC – Standing Interpretations Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNCGDP – Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito do Porto

SPC – Sociedade Portuguesa de Contabilidade

TOC – Técnico Oficial de Contas

UE – União Europeia

1. Introdução

1.1. Enquadramento e descrição do local de estágio

O Estágio Curricular do Mestrado em Contabilidade decorreu na Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda., tendo iniciado em abril de 2014 e terminado em setembro do mesmo ano. Esta empresa iniciou a sua atividade em março de 2005 e como a própria designação indica presta serviços na área da contabilidade e consultoria, mas também dá apoio fiscal e à gestão, sendo que recentemente apostou ainda no apoio jurídico aos seus clientes, através de uma parceria com um advogado reconhecido.

A Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda., doravante designada apenas como Barquiconta, Lda., tem a sua sede em Vila Nova da Barquinha, na Rua do Tejo n.º 36, junto à Câmara Municipal e conta com um posto avançado também em Vila Nova da Barquinha e uma filial em Tomar, na qual foi realizada o estágio.

Estando no mercado há cerca de dez anos, esta empresa dispõe de um quadro de pessoal especializado e com uma vasta experiência, contando atualmente com três técnicos oficiais de contas, uma secretária administrativa e um técnico de contabilidade, organizados por três gabinetes, sendo um deles a sede, em Vila Nova da Barquinha, outro o posto avançado também em Vila Nova da Barquinha e o terceiro a filial de Tomar.

1.2. Justificação da escolha da modalidade de estágio

A escolha pela modalidade de estágio prendeu-se com o facto de não ter tido qualquer contacto com a realidade laboral, mas também por pretender consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico, bem como ter um contacto direto com a realidade profissional.

A realização deste estágio curricular trouxe a possibilidade de adquirir competências, conhecimentos e experiência da realidade laboral, o que me dará uma preparação para a inserção no mercado de trabalho.

No que concerne à instituição de acolhimento, a escolha da mesma recaiu sobre a Barquiconta, Lda. devido à localização geográfica da filial em Tomar, mas em grande parte ao reconhecimento que a mesma possui no mercado, mas também a experiência que a equipa tem acumulado ao longo de dez anos de trabalho nesta área.

1.3.Objetivo Geral

Aplicar e consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico a situações práticas num contexto laboral.

1.4.Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que estavam previstos serem alcançados com a realização deste estágio são:

- Seleção, arquivo e classificação de documentos;
- Lançamento dos documentos contabilísticos no respetivo programa de contabilidade;
- Processamento de vencimentos;
- Reconciliações;
- Exercício de encerramento do ano contabilístico;
- Preparação de demonstrações financeiras e respetivos anexos;
- Preparação de Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Preparação do relatório único;
- Apuramento de Impostos (IVA, IRC, IRS).

1.5.Estrutura do Relatório de Estágio

O relatório de estágio encontra-se dividido em sete capítulos, correspondendo o primeiro à introdução, o segundo à revisão de literatura, o terceiro ao estudo do setor, o quarto à metodologia, o quinto às tarefas desenvolvidas, o sexto à análise crítica e por último o sétimo capítulo que corresponde às conclusões.

No primeiro capítulo, que corresponde à introdução é feito um enquadramento e descrição do local de estágio, assim como apresentada uma breve justificação da escolha da

modalidade de estágio. Ainda neste capítulo será feita referência ao objetivo geral do estágio mas também aos objetivos específicos do mesmo. Por último neste capítulo será apresentada a estrutura do relatório de estágio.

O segundo capítulo, que se refere à revisão de literatura apresenta uma breve introdução dos temas que nele serão abordados, sendo eles a origem, evolução do conceito e objetivos da contabilidade, assim como a evolução da contabilidade e da sua profissão, sendo por fim apresentada uma breve síntese deste capítulo.

No terceiro capítulo, que respeita ao estudo do setor, é feita uma introdução aos temas nele abordados, que correspondem ao setor das atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal e à empresa de acolhimento, sendo por último apresentado um pequeno resumo sobre as ideias principais retiradas de capítulo do estudo do setor.

O quarto capítulo, que se refere à metodologia adotada no trabalho de campo contém uma breve introdução a este tema, sendo seguidamente feita referência ao método de investigação adotado e apresentada uma pequena síntese acerca deste capítulo.

No quinto capítulo, que corresponde às tarefas desenvolvidas, é feita uma curta introdução sobre as tarefas desenvolvidas, sendo elas a organização e processo de contabilização de documentos, a aplicação de práticas de controlo interno, sendo ainda feita referência às principais obrigações fiscais e não fiscais, mas também às operações de fim de exercício, terminando o capítulo com uma breve síntese sobre o mesmo.

O sexto capítulo, que se refere à análise crítica, apresenta uma introdução sobre o mesmo, sendo seguidamente feita uma análise crítica à organização e processo de contabilização de documentos, às práticas de controlo interno adotadas pela entidade, assim como às principais obrigações fiscais e não fiscais e ainda às operações de fim de exercício, sendo por último apresentado um pequeno resumo sobre as principais críticas apresentadas neste capítulo.

No sétimo e último capítulo, que respeita à conclusão são apresentadas as principais conclusões, assim como as limitações encontradas no decorrer do estágio e ao longo da realização do relatório sobre o mesmo.

2. Revisão de Literatura

2.1. Introdução

O capítulo da revisão de literatura aqui apresentado, que tem como objetivo dar a conhecer a contabilidade, é composto pelo subcapítulo da introdução, pelo da origem, evolução do conceito e objetivos da contabilidade seguido do subcapítulo da evolução da contabilidade e da sua profissão, terminando o mesmo com uma breve síntese.

No subcapítulo da introdução será apresentada a forma como está organizado o capítulo da revisão de literatura e feita uma pequena referência aos assuntos abordados em cada um dos subcapítulos. Já no subcapítulo da origem, evolução do conceito e objetivos da contabilidade falar-se-á da origem da contabilidade, serão apresentados alguns conceitos de contabilidade de diferentes períodos temporais, mas também indicados os objetivos da contabilidade em diferentes épocas.

Neste subcapítulo apresentar-se-á também as divisões e tipos de contabilidade, sendo que, no que se refere às divisões da contabilidade esta pode ser classificada como interna ou externa, e ainda como geral ou analítica, tendo em conta o período a que a relevação dos factos respeita pode também ser classificada como histórica ou previsional/orçamental. No entanto alguns autores defendem que existem apenas duas grandes divisões a da contabilidade financeira, geral ou externa e a da contabilidade de gestão, analítica de exploração ou interna.

Os tipos de contabilidade estão diretamente relacionados com os titulares de rendimentos empresariais e profissionais, assim estes podem estar em termos fiscais, abrangidos por dois regimes de contabilidade, a contabilidade organizada e a contabilidade simplificada.

No subcapítulo da evolução da contabilidade e da sua profissão será mostrada a evolução da contabilidade e da profissão de contabilista desde 1755 até aos dias de hoje. Será ainda feita referência a importantes organizações que marcaram não só a história da contabilidade como também a profissão de contabilista. Por fim, no subcapítulo da síntese será apresentado um breve resumo com as ideias chave a reter deste capítulo da revisão de literatura.

2.2. Origem, evolução do conceito e objetivos da contabilidade

Independentemente do ramo do conhecimento que pela sua evolução tenha sido designado como ciência ou técnica é sempre difícil dar dele uma definição sintética, pois por muito bem elaborada que esteja há sempre a probabilidade de que omita alguns aspetos característicos, visto estar-se perante uma realidade complexa (Alves & Costa, 2001).

A contabilidade tem evoluído ao longo dos tempos, acompanhando a evolução civilizacional, isto é, o progresso social e principalmente o desenvolvimento económico e técnico. Segundo Chambers (1995) esta evolução é visível no seu objeto, ou seja, no seu intuito, mas também no seu método, nos instrumentos de trabalho e na conceção que dela se tem, estando aliás relacionada com o facto de vários autores de acordo com as épocas em que viveram considerarem sucessivamente a contabilidade como uma arte, uma tecnologia ou uma ciência.

Incontestável é o facto da contabilidade ter sofrido um desenvolvimento significativo a partir de 1494, quando uma das figuras incontornáveis da contabilidade, o frade franciscano Luca Pacioli publicou em Veneza, a 10 de novembro de 1494, uma enciclopédia matemática intitulada por “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionilita*”, onde está incluído o “*Tractatus XI Particularis de Computis et Scripturis*” (Alves & Costa, 2001; Borges, Rodrigues & Rodrigues, 2010).

Neste tratado é descrito, pela primeira vez, a forma de escrituração das contas através do método digráfico, das partidas dobradas, o qual é utilizado ainda nos dias de hoje. No entanto segundo Machado (1998) há quem defenda que a primeira exposição sistemática da teoria e prática da escrituração digráfica, é da autoria de Benko Krotruljic e ocorreu em 1458.

Uma ideia que importa clarificar refere-se à distinção entre Escrituração e Contabilidade. Enquanto a primeira trata essencialmente do registo dos dados de uma empresa, a segunda preocupa-se com a forma como são feitos os registos, a preparação e interpretação de relatórios baseados em dados registados, mas também com a mensuração dos ativos e passivos de uma empresa (Alves & Costa, 2001).

Assim a contabilidade era entendida por muito autores como *“uma técnica que tinha por finalidade descrever e registar as operações que pudessem alterar a composição e o valor do património, definido este como um conjunto de meios ativos e passivos, colocados à disposição da organização para o cumprimento do seu objeto social.”* (Borges, Rodrigues & Morgado, 2004, p. 21).

Porém outros entendiam ser a *“ciência fundamentada em métodos, princípios, regras e critérios”* (Borges, Rodrigues & Morgado, 2004, p. 21).

Este duplo entendimento do conceito de contabilidade é confirmado pelo Professor Gonçalves da Silva, que citado por Borges, Rodrigues & Morgado (2004, p. 21) distingue:

*“A contabilidade, em **strictu sensu**, ou seja, a escrituração, é uma técnica de registo e de representação de todas as transformações sofridas pelo património de qualquer entidade económica durante o exercício da sua atividade, de modo a saber em qualquer momento, a sua composição e o seu valor”.*

*“ A contabilidade, **latu sensu**, é uma ciência dos processos descritivo-quantitativos utilizados na análise, registo, interpretação e controlo dos factos de gestão. Visa “quantificar” tudo o que ocorre numa unidade económica fornecendo, simultaneamente, dados para a tomada de decisões da gestão”.*

Concluem assim, Borges, Rodrigues & Morgado (2004), que ambos os entendimentos de contabilidade tiveram e têm acolhimento, consoante o objetivo que lhe é dada.

No entanto, segundo Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010, p. 30), o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)¹, definia nos anos 50, a contabilidade como *“... o ato de registar, classificar e sumariar de uma forma organizada e em termos de unidades monetárias, as transações e eventos que são, pelo menos em parte, de natureza financeira de forma que permita a sua interpretação subsequente.”*

Duas décadas depois a referida organização passa a designar a contabilidade como uma atividade cuja *“... função é a de fornecer informação quantitativa, em primeira instância de natureza financeira, sobre entidades económicas, que se assume como sendo útil na*

¹ Fundado em 1887, representa os contabilistas públicos certificados ao nível americano, criando regras e estabelecendo normas.

formulação de decisões de natureza económica ...” (Borges, Rodrigues & Rodrigues, 2010, p. 31).

Já Estes (1992) definia a Contabilidade como uma atividade que fornece informação, geralmente quantitativa, expressa em unidades monetárias, para a tomada de decisão, planeamento, controlo, avaliação de desempenho e relato financeiro a investidores, credores, autoridades reguladoras e ao público em geral.

Após o que foi referido anteriormente, depreende-se que a contabilidade evoluiu, pelo menos nos Estados Unidos da América, passando de uma simples atividade de registo de acontecimentos para uma função que dá informação sistematizada de suporte à tomada de decisão da gestão. Atualmente as questões que estão “em cima da mesa” já não passam pelo conceito de contabilidade, mas pela convergência e a harmonização internacional das normas e práticas contabilísticas.

Segundo Alves & Costa (2001) e Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010) a contabilidade tem vindo a ser, ao longo dos anos, considerada um sistema de informação essencial à tomada de decisão, pois faz a ligação entre a fonte de informação, a organização e os *stakeholders*, apesar de se ter de assumir como pressuposto que este sistema de informação está mais apto para quantificar e reportar a realidade económico-financeira-patrimonial das organizações.

Importa ainda referir que esta realidade é entendida e utilizada, ao mesmo tempo por diversos utilizadores independentemente do seu interesse na organização (paradigma da utilidade), discutindo-se a existência de uma contabilidade que se ajuste a todos os utilizadores em simultâneo ou de uma que se adeque a cada um deles de acordo com os seus interesses (Borges, Rodrigues & Rodrigues, 2010).

Como se mencionou anteriormente a contabilidade tem evoluído, sendo esta evolução visível na perceção que dela se tem e consequentemente no seu conceito, mas também no seu objeto, ou seja, no seu intuito, senão vejamos.

Na sua origem a contabilidade tinha como objetivo colmatar as limitações inerentes à capacidade de memória do Homem e servir como meio de prova, acabando por se tornar gradualmente numa fonte de informação acerca da situação da organização, assim como do

desenvolvimento da sua atividade permitindo deste modo saber o seu resultado, se está a cumprir com as suas obrigações e a fazer terceiros cumprir ou ainda qual o valor criado para o investidor (Alves & Costa, 2001; Borges, Rodrigues & Morgado, 2004).

Segundo Borges, Rodrigues & Morgado (2004) a contabilidade foi, primeiramente, associada às empresas comerciais, tendo ganho maior importância quando passou a ser utilizada nas empresas industriais. Apesar de compreendida apenas como uma técnica de registo dos factos patrimoniais ocorridos, perspetiva que é mantida atualmente, tem hoje objetivos mais ambiciosos e globais.

Assim à contabilidade é reconhecida a sua capacidade de evidenciar a posição financeira da empresa, determinar os resultados da atividade e respetivo imposto a pagar, fornecer informação essencial à gestão empresarial, em áreas como o planeamento, a orçamentação, o controlo e a tomada de decisões, mas também proporcionar condições para o cumprimento de obrigações legais e fiscais (Alves & Costa, 2001; Borges, Rodrigues & Morgado, 2004)

Segundo Borges, Rodrigues & Morgado (2004) atualmente, às empresas não interessa somente o conhecimento da sua posição financeira, mas também se é a adequada face aos seus objetivos atuais. O conhecimento dos resultados globais também já não é suficiente, sendo assim necessário entender qual o contributo de cada produto, mercado ou atividade para este resultado, o que contribui para uma melhor tomada de decisões.

Verifica-se então que a contabilidade não se resume a recordar o passado e a conhecer o presente, sendo fundamental para projetar o futuro, planear a atividade e definir objetivos. Assim a contabilidade é indispensável no apoio ao estabelecimento de objetivos e no acompanhamento do alcance dos mesmos, estando estes objetivos diretamente relacionados com os diversos ramos da contabilidade (Alves & Costa, 2001; Borges, Rodrigues & Morgado, 2004).

A contabilidade, como se referiu anteriormente tem como objetivo ser uma fonte de informação, para tal é necessário quantificar o que ocorre numa organização, mas para isso é essencial o estabelecimento de critérios fundamentais à classificação dos diversos acontecimentos. Estes acontecimentos resultam da sua relação com o meio envolvente,

visto que uma organização não pode desenvolver a sua atividade de forma isolada, mas em contínua relação com o meio exterior, nomeadamente com clientes, fornecedores a quem, respetivamente, vende e adquire bens ou serviços necessários à sua atividade, mas também com o Estado que define as normas jurídicas ou os investidores que “apostam” no desenvolvimento da organização.

No entanto as organizações não se relacionam apenas com o meio externo, mas também com o meio interno, que por sua vez se relaciona com a forma como a empresa está organizada de modo a desenvolver a sua atividade.

Após o referido e de acordo com Borges, Rodrigues & Morgado (2004) pode ser distinguida a contabilidade externa da interna, correspondendo a primeira ao registo das operações externas que respeitam à organização no seu todo e que são essenciais à determinação dos resultados e apresentação das demonstrações financeiras, já a segunda, regista as operações externas, mas também a internas, isto é, as ocorridas dentro da organização, que são fundamentais para a determinação dos resultados gerais, mas sobretudo por áreas geográficas ou mercados.

A distinção feita anteriormente leva-nos à divisão da contabilidade em geral e analítica, sendo que, a primeira dá-nos a posição económico-financeira geral da organização e a situação perante o exterior, nomeadamente as obrigações para com terceiros de acordo com normativo contabilístico. A segunda permite um controlo mais aprofundado e direto da atividade da organização, sendo uma fonte de informação essencial para a gestão, permitindo a análise de custos, proveitos e rendibilidade (Borges, Rodrigues & Morgado, 2004).

Borges, Rodrigues & Morgado (2004) defendem ainda, apesar de discutível, a existência de dois ramos da contabilidade, embora relacionados. Assim, temos o ramo da contabilidade financeira que regista e quantifica, observando normas e procedimentos, as operações inerentes à elaboração e preparação das demonstrações financeiras, e o ramo da contabilidade de gestão que implanta métodos de registo que permitam identificar, quantificar, analisar, interpretar e comunicar a informação operacional detalhada e útil para a gestão, a fim de que esta possa planear, avaliar e controlar a organização, assegurando o uso racional dos recursos disponíveis.

A contabilidade pode ainda ser classificada, tendo em conta o período a que a relevação dos factos respeita, assim sendo, a contabilidade histórica é aquela que reflete o passado, ou seja, que dá uma visão retrospectiva da gestão, permitindo saber o que realmente se fez e até que ponto foram alcançados os objetivos fixados o que é essencial para a tomada de ações corretivas e controlo da atividade futura (Alves & Costa, 2001; Borges, Rodrigues & Morgado, 2004).

A contabilidade previsional também conhecida por orçamental, fornece informação prospetiva², isto é, expressa os resultados das previsões permitindo elaborar planos de atividade consistentes, ou seja, estabelece orçamentos entendidos como documentos que resumem em valores a atividade a desenvolver no futuro a curto prazo, traduzindo assim, a estrutura e atividade pretendida para o futuro (Borges, Rodrigues & Morgado, 2004).

Ainda sobre estas divisões da contabilidade, Alves & Costa (2001) e Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010) defendem que tradicionalmente a contabilidade está agrupada em duas grandes divisões, a da contabilidade financeira, geral ou externa que tem por objeto o relato financeiro através das demonstrações financeiras e a da contabilidade de gestão, analítica de exploração ou interna que visa o apuramento do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, assim como dos resultados por área de negócio, mercado, produto ou outros.

Para atingir todos estes objetivos, a contabilidade como sistema de informação necessita de uma correta organização que passa pela informatização da informação obtida a partir de documentos emitidos e recebidos pela organização, que depois de classificados são lançados.

Como vimos anteriormente a contabilidade está organizada por ramos ou divisões, no entanto quando se trata de tributar os rendimentos das pessoas singulares ou coletivas a Autoridade Tributária acaba por organizá-la por regimes de contabilidade. Assim, os titulares de rendimentos empresariais e profissionais podem estar, em termos fiscais, abrangidos por dois regimes de contabilidade, a contabilidade organizada e a contabilidade simplificada.

² Essencial para dar resposta à exigência da alínea c) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), quando este refere que o relatório de gestão deve indicar: “A evolução previsível da sociedade.”, redação dada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro.

Após o referido, estão sujeitos ao regime de contabilidade organizada os titulares de rendimentos empresariais e profissionais não abrangidos pelo regime simplificado de tributação. Assim de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 117º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)³:

“Os titulares de rendimentos da categoria B que não estejam abrangidos pelo regime simplificado de tributação são obrigados a dispor de contabilidade organizada, nos termos da lei comercial e fiscal, que permita o controlo do rendimento apurado.”

No que respeita às organizações e de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 123º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)⁴, estão sujeitas ao regime de contabilidade organizada nos termos da lei:

“As sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais entidades que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou direção efetiva em território português, bem como as entidades que, embora não tendo sede nem direção efetiva naquele território, aí possuam estabelecimento estável,..., além dos requisitos indicados no n.º 3 do artigo 17.º, permita o controlo do lucro tributável.”

A este respeito refere o n.º 3 do artigo 17º do CIRC que, para o apuramento do lucro tributável a contabilidade deve:

“a) Estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo sector de atividade,...;

b) Refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo”

Em oposição ao n.º 1 do artigo 117º do CIRS, isto é, estão abrangidos pelo regime simplificado nos termos do n.º 2 do artigo 28º do mesmo código:

³ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

⁴ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro.

*“ ... os sujeitos passivos que, no exercício da sua atividade, não tenham ultrapassado no período de tributação imediatamente anterior um montante anual ilíquido de rendimentos desta categoria de (euro) 200 000.”*⁵

No entanto nos termos do n.º 3 do mesmo artigo podem os sujeitos passivos abrangidos por este regime:

*“... optar pela determinação dos rendimentos com base na contabilidade.”*⁶

No que respeita à aplicação deste regime às organizações diz-nos o n.º 1 do artigo 124º do CIRC que as entidades sedeadas ou com direção efetiva em Portugal que não exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola têm de possuir obrigatoriamente:

“ a) Registo de rendimentos, organizado segundo as várias categorias de rendimentos considerados para efeitos de IRS;

b) Registo de encargos, organizado de modo a distinguirem-se os encargos específicos de cada categoria de rendimentos sujeitos a imposto e os demais encargos a deduzir, no todo ou em parte, ao rendimento global;

c) Registo de inventário, em 31 de dezembro, dos bens suscetíveis de gerarem ganhos tributáveis na categoria de mais-valias.”

⁵ Redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

⁶ Redação do Decreto-Lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro.

2.3. Evolução da contabilidade e da sua profissão

A profissão de TOC é atualmente reconhecida e tem registado, na última década, uma grande evolução, no entanto nem sempre assim foi, o caminho percorrido até aos dias de hoje foi acompanhado de avanços e retrocessos tal como a seguir é descrito.

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) no período que decorreu entre o século XV e a segunda metade do século XVII Portugal era visto como um país de importantes comerciantes, fomentado pelos descobrimentos, no entanto, séculos mais tarde, viu a sua influência económica enfraquecida pela crescente importância de países como a Espanha, França e Holanda.

Para tal, defendem Gomes, Graig & Rodrigues (2004), contribuiu o facto de serem poucos os comerciantes, com reduzido capital e fracos conhecimentos técnicos, visto terem sido bastantes os judeus portugueses detentores de capital e conhecimentos obrigados a abandonar o país devido à inquisição.

Se no comércio a situação não se adivinhava fácil, na indústria era ainda pior, pois haviam poucas fábricas não só pelo desprezo dado à profissão, mas também pela ideia, reforçada pelos estrangeiros com negócios em Portugal, de que os negócios não prosperavam em Portugal. Esta situação era agravada pelo facto de ser reduzido o número de contabilistas nacionais qualificados, para os quais era praticamente desconhecido ainda o sistema das partidas dobradas, sendo os contabilistas na sua maioria italianos e franceses (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), para reverter esta situação era necessário tomar medidas drásticas, sendo o Marquês de Pombal conhecedor do atraso da economia portuguesa face às dos outros países europeus e atribuindo esse atraso à inexistência de técnicos nacionais capazes de tratar das questões comerciais e industriais, impulsionou a elaboração do Decreto Real de 30 de setembro de 1755 que criou a Junta do Comércio, cujo objetivo era regular e desenvolver o comércio, mas também melhorar o seu ensino.

Anos mais tarde, a 19 de maio de 1759⁷ o Marquês de Pombal cria oficialmente, em Portugal, o primeiro estabelecimento de ensino da contabilidade, a então Aula do Comércio, tratando-se provavelmente da primeira escola oficial de contabilidade do mundo, da qual se esperava obter uma classe de contabilistas especializados, nomeadamente no método das partidas dobradas, que permitisse o crescimento económico de Portugal, tornando o país mais forte e independente (Alves & Costa, 2001; Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

De acordo com Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), surge uma década depois a Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, um dos primeiros meios regulamentares da profissão de contabilista em Portugal, impondo a inscrição dos comerciantes, guarda-livros, sociedades públicas ou privadas na Junta do Comércio e graduação pela Aula do Comércio sob pena de serem impedidos de exercer atividade comercial, aceder a cargos públicos e ver todas contas por eles escrituradas rejeitadas em tribunal.

Esta carta previa ainda as remunerações a auferir pelos guarda-livros nos três primeiros anos de serviço e reservava aos alunos da Aula do Comércio com carta de aprovação da Junta do Comércio o acesso a cargos públicos, como o de escrivão em navios mercantes. Tais condições de acesso, devido à sua importância, acabaram por ser mantidas durante muitos anos (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004).

Em 1807, segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004), Portugal viveu um período de instabilidade devido às invasões francesas, que se prolongou no ano seguinte em resultado da expulsão dos franceses pelos ingleses que acabaram por se tornar numa força militar dominante até 1820. Apesar deste contexto a influência inglesa nos negócios externos e na indústria do vinho, continuava forte, sendo também neste período, em 1820, que Portugal sofre uma grande transformação que se reflete na Constituição Portuguesa de 1822, evidenciando o apoio aos direitos individuais.

Em 1830, assiste-se a uma desregulamentação contabilística, devido ao clima de desinteresse na criação de regras a nível comercial, no entanto, anos depois surge o Código Comercial de 1833, para o qual Ferreira Borges, advogado e economista, deu um grande contributo. Este código indicava quais os livros a ser mantidos pelos comerciantes e como

⁷ Data do Alvará de confirmação dos estatutos da “Aula do Comércio” de abril de 1759.

deviam estar organizados, mas também as regras para a atividade contabilística, nomeadamente o registo público dos guarda-livros responsáveis pela elaboração dos livros do comerciante (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007) o período que se seguiu até 1890 foi de grandes retrocessos a nível da evolução da profissão de contabilista em Portugal, devido numa fase inicial ao surgimento da Carta de Lei de 7 de abril de 1838, que exigia o pagamento da “décima”⁸ a determinadas profissões, nomeadamente à de guarda-livros, acabando assim por se extinguir o requisito que exigia ao guarda-livros o registo na Junta do Comércio ou a aprovação na Aula do Comércio, apesar de alguns cargos públicos continuarem a ser atribuídos aos aulos da Aula do Comércio.

Em 1885 é criada a “Associação Portuguesa de Contabilidade” por Alvará de 12 de outubro do mesmo ano. Neste período estava-se perante um governo que acreditava não ser necessário intervir na inscrição dos profissionais, nem nas profissões e associações profissionais. Posteriormente este retrocesso deveu-se também ao Código Comercial de 1888, que permitia aos comerciantes executar a própria contabilidade ou delegar a outros a sua elaboração independentemente das suas competências, formação ou inscrição oficial (Alves & Costa, 2001; Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

De acordo com Gomes, Graig & Rodrigues (2004) no início da década de 1890 tornou-se mais evidente que tal desregulamentação não servia os interesses de Portugal, visto assistir-se a uma estagnação da economia portuguesa, na indústria do vinho, que não conseguia fazer face à livre concorrência. Nos dois anos que se seguiram assistiu-se a uma grande crise financeira, pois o país não conseguia pagar os juros dos empréstimos estrangeiros vendo-se obrigado a contrair novos para pagar os anteriores, também o défice público e o comercial estava a aumentar, encontrando-se assim Portugal na banca rota.

Em 1894, a referida “Associação Portuguesa de Contabilidade” dá lugar à “Associação dos Empregados de Contabilidade” criada por Alvará de 19 de julho de 1894, sendo também designada como “Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade” e posteriormente por “Instituto da Classe Commercial de Lisboa”. Em 1897 a “Associação dos Empregados de Contabilidade” publica o seu primeiro número do Boletim “O

⁸ Imposto que correspondia a uma décima parte do rendimento.

Commercio”, passando este a designar-se “Boletim da Associação dos Empregados de Contabilidade” e depois “Boletim do Instituto da Classe Commercial de Lisboa” (Guimarães, 2007).

No início do século XIX, em 1902, surge a “Escola Prática Comercial Raul Dória”, uma das mais importantes escolas nacionais no ensino prático da contabilidade, que publicou seis anos depois o seu primeiro número da revista “O Guarda Livros”, que deu lugar a 15 de fevereiro de 1916 à “Revista de Contabilidade” (Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007) em 1910, com a Implantação da República e posterior aprovação da Constituição da República Portuguesa a 20 de agosto de 1911 Portugal consegue ultrapassar o período conturbado por que passou e restabelecer a economia através da imposição de novas regulamentações, sendo exemplo disso o Regulamento promulgado a 13 de abril de 1911, que exigia a inspeção e fiscalização oficial das contas das sociedades anónimas por peritos contabilistas, a assinatura pelo guarda-livros dos documentos de prestação de contas e proibia os administradores de serem guarda-livros nas sociedades que administrassem.

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007) neste mesmo ano, a 27 de maio de 1911, foi introduzida uma lei a respeito dos “Peritos Contabilistas” exigindo que a contabilidade fosse efetuada por técnicos competentes e que fossem criadas duas Câmaras de Peritos Contabilistas, uma no norte e outra no sul do país, com o objetivo de supervisionar a revisão e verificação do relato financeiro e examinar as contas, o que nunca veio a acontecer visto as Câmaras não terem sido constituídas.

Anos mais tarde, em 1926, o Governo é derrubado pelo General Óscar Carmona, que enquanto Presidente de Portugal nomeou, em 1932, António Salazar como Primeiro-ministro, cargo que manteve até 1968. Em 1933 surge a Nova Constituição da República Portuguesa, no sentido de serem implementadas medidas de controlo da economia, sendo também neste período criadas algumas organizações profissionais e introduzido o Estatuto do Trabalho Nacional, que veio acabar com estes sindicatos e associações profissionais livres, substituindo-os por um sistema de “Sindicatos Nacionais”, controlado pelo Estado (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Ainda em 1933, de acordo com Gomes, Graig & Rodrigues (2004), foi criada uma comissão para avaliar a regulamentação dos contabilistas e guarda-livros, tendo esta para o efeito elaborado um relatório que nunca chegou a ser publicado. Faziam parte desta comissão várias associações, mas não as profissionais que foram excluídas.

Nesta comissão foi mais tarde integrado o “Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito do Porto” (SNCGDP), fundado em 1934, por extinção da então “Associação dos Contabilistas e Guarda-livros do Norte de Portugal”⁹ e tinha como objetivo dar mais prestígio à profissão de contabilistas e guarda-livros. Dois anos depois, a 28 de junho de 1936, foi proibido aos empregadores contratarem contabilistas e guarda-livros que não fizessem parte do SNCGDT ou que não tivessem “carteira-profissional” credenciada por este sindicato, tornando-se esta essencial para o exercício destas profissões (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

A 8 de novembro de 1940 surge a Proposta de Regulamentação da Profissão da Associação Académica do Instituto Comercial do Porto, que apesar de não ter sido implementada, era um indicador de que havia uma crescente preocupação com a regulamentação da profissão de contabilista e de Garda-Livros (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007) esta proposta, na sua parte I definia e caracterizava três níveis hierárquicos para o “técnico de contas”, sendo eles o “Guarda-livros”, o “Contabilista” e o “Perito Contabilista”. Na sua parte II era definido quem utilizaria cada um dos títulos referentes aos níveis hierárquicos, isto de acordo com a idade, graduação do curso desta área e anos de experiência. A parte III propunha que fosse exigido um contabilista que supervisiona-se as contas, às sociedades anónimas, bancos e organizações com contabilidade privada que atingissem um certo valor de despesas e receitas.

Na parte IV, da referida proposta, fazia-se referência à responsabilidade dos técnicos de contabilidade pelo não cumprimento das regras e princípios contabilísticos, da lei, ou dos padrões de ética. Por último, no ponto V é estabelecido o Conselho Superior dos Técnicos de Contabilidade, para gerir os assuntos dos técnicos de contabilidade, ficando à

⁹ Constituída por Alvará de 28 de janeiro de 1928.

responsabilidade dos sindicatos nacionais a monitorização do uso dos títulos e da prática da profissão (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), em junho de 1943 é dissolvido o SNCGDT, assistindo-se assim a um recuo na regulamentação da profissão contabilística, o que obrigou os contabilistas e guarda-livros a integrarem os Sindicatos dos Empregados de Escritório, pois não se achou necessidade de existir um sindicato profissional de técnicos de contas.

No dia 27 de junho de 1945 é fundada a “Sociedade Portuguesa de Contabilidade” (SPC)¹⁰ com o objetivo de fomentar o conhecimento da contabilidade, para tal trabalhou no sentido de promover palestras, publicar o “Boletim da Sociedade Portuguesa de Contabilidade”, tendo o seu primeiro número saído em 1954, criar regulamentação para os técnicos de contabilidade e reformar o ensino técnico, tendo proposto três níveis de ensino o “profissional”, o “complementar” e o “superior”. A SPC encontra-se atualmente inativa (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Em 1963, segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), surge o Código de Contribuição Industrial¹¹ estabelecendo um imposto sobre os lucros reais das empresas, cujo cálculo tinha por base o sistema contabilístico, exigindo assim uma contabilidade mais rigorosa e realizada por um técnico de contas aprovado. Para a implementação deste código serviram de base duas Portarias muito importantes¹², dado terem introduzido formalmente o termo “técnicos de contas” e dado respeito e credibilidade à profissão, o que conduziu à criação de Núcleos de Técnicos de Contas no Sindicato Nacional dos Empregados de Escritórios.

Um ano depois, em dezembro de 1964, o Ministro das Corporações e Previdência Social, estabelece uma Comissão com o objetivo de estudar e regulamentar a profissão do técnico de contas, tendo esta no seu relatório, em 1970, recomendado a substituição do termo “técnico de contas” por “técnico de contabilidade” que agrupava Guarda-livros, Contabilistas e Auditor-Contabilista, e ainda a inscrição dos mesmos no “Sindicato

¹⁰ Cujo Estatuto foi aprovado por Alvará de 28 de janeiro de 1946.

¹¹ Introduzido pelo Decreto-Lei n.º 45103, de 1 de julho de 1963.

¹² A Portaria n.º 20317, de 14 de janeiro de 1964 e a Portaria n.º 21247, de 27 de abril de 1965.

Nacional de Técnicos de Contabilidade” (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Alves & Costa (2001), Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), apesar destas recomendações serem bastante válidas não estavam a ser implementadas devido à burocracia instituída, mas também à absorção de Portugal nas guerras com as colónias, no entanto em 1972 existiram algumas evoluções, os peritos contabilistas vêm a sua profissão regulamentada¹³, passando assim a designarem-se como “Revisores Oficiais de Contas” (ROC) e a estar sobre a supervisão da “Câmara dos Revisores Oficiais de Contas” (CROC), que foi criada dois anos depois.

Após a Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, os técnicos de contas do Sindicato dos Empregados de Escritório propõem que a contabilidade das empresas fosse apenas executada por “técnicos de contas”, isto é, por técnicos com qualificações adequadas (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

De acordo com Gomes, Graig & Rodrigues (2004) apesar de neste período existirem algumas Ordens Oficiais, como a dos médicos, surgem as associações oficiais dos economistas, mas também duas importantes associações de profissionais de contabilidade, a “Associação Portuguesa de Contabilistas” e “Câmara dos Técnicos de Contas”.

A “Associação Portuguesa de Contabilistas”, atual “Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas” (APPC) desde 1997, é fundada a 3 de março de 1975 por Ricardo Sá, com o objetivo de promover a atualização dos profissionais e participar no ensino da contabilidade a vários níveis, tendo dado um forte contributo para que o ensino médio da contabilidade passasse a ensino superior. Esta associação reclamou ainda o uso exclusivo dos títulos profissionais para os seus membros, tendo estes de ser graduados pelos Institutos Superiores de Contabilidade, começou também a publicar em outubro de 1978 a “Revista de Contabilidade e Finanças” e foi ainda um dos fundadores da “International Federation of Accountants” (IFAC)¹⁴ (Alves & Costa, 2001; Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

¹³ Pelo Decreto-Lei n.º 1/72, de 3 de janeiro.

¹⁴ Fundada a 7 de outubro de 1977 é uma organização internacional de contabilistas, que desenvolve e apoia a utilização e aplicação de normas internacionais, nomeadamente em contabilidade pública e ética.

Em 1977 é aprovado, através do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, o primeiro “Plano Oficial de Contabilidade” (POC) de aplicação obrigatória para todas as empresas, exceto entidades públicas, banca e seguros (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Alves & Costa (2001), Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), no mesmo ano a 8 de março surge não oficialmente a “Câmara dos Técnicos de Contas”, atual “Instituto para Apoio aos Técnicos Oficiais de Contas” (IATOC)¹⁵, com o objetivo de regulamentar a profissão e representar os interesses dos técnicos de contas, pois era evidente para os inscritos nos referidos Sindicatos dos Empregados de Escritório, que a Ordem profissional e os Sindicatos não eram adequadas para os representarem, dado a primeira apenas representar aqueles com formação superior e a segunda não ter uma estrutura adequada, apesar de agrupar profissionais de diferentes níveis de formação. Importa ainda referir que publicou o primeiro número do seu “Boletim Informativo da Câmara dos Técnicos de Contas” em fevereiro de 1985.

A “Associação Portuguesa dos Técnicos de Contas” (APOTEC), que em setembro de 1997 passa a “Associação Portuguesa dos Técnicos de Contabilidade” (APOTEC) surge também neste período, a 16 de março de 1977, sendo aberta a todos os técnicos de contas e tinha como objetivo alertar para a importância da profissão e eficiência no desempenho da mesma, tendo neste sentido em abril do mesmo ano começado a publicar o Jornal da Contabilidade, um boletim mensal e criado, em junho de 2006, o “Centro de Estudos de História da Contabilidade” (Alves & Costa, 2001; Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007) apesar da “Comissão de Normalização Contabilística” (CNC) ter sido criada em 1977, e nos finais de 1979 inícios de 1980 terem sido designados os seus membros, atribuições, organização e funcionamento, só em 1983 é reconhecida legalmente, dedicando-se a mesma à emissão de normas de acordo com as diretivas contabilísticas comunitárias e normas internacionais de contabilidade.

¹⁵ Desde 27 de abril de 1999.

Três anos depois, a 1 de janeiro de 1986, Portugal entra na Comunidade Económica Europeia (CEE), atual União Europeia (UE), o que implicou a adoção da IV e V Diretivas Contabilísticas Europeias e consequentemente alterações no POC¹⁶, mas também a introdução do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA). Ainda neste ano, a 1 de novembro, entra em vigor o Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, que faz referência ao ROC, mas não ao Técnico de Contas, cuja profissão ainda não estava regulamentada. De referir ainda que este novo código revogava os artigos relativos à regulamentação das sociedades do Código Comercial (Guimarães, 2007).

Segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004), neste período, muito por mérito da “Associação Portuguesa de Contabilistas”, surgem os Cursos de Estudos Superiores de Especialização, nos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, que elevaram os cursos de contabilidade a licenciatura.

A 21 de maio de 1988 surge a “Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração” (APECA), atualmente designada como “Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade, Auditoria e Administração” (APECA), cujos associados eram essencialmente empresas de prestação de serviços de contabilidade. No mesmo ano esta associação publica o primeiro número do seu “Boletim Informativo da APECA”, designando-se atualmente “Boletim APECA” (Alves & Costa, 2001; Guimarães, 2007).

De acordo com Gomes, Graig & Rodrigues (2004) e Guimarães (2007), em 1989, são implementadas reformas fiscais, resultantes em parte da adesão de Portugal à União Europeia, que deram lugar a novos códigos sobre o rendimento das pessoas singulares e das empresas (CIRS e CIRC). Estes códigos deixaram de obrigar o técnico de contas a assinar as declarações fiscais¹⁷ (como vinha a ocorrer desde 1963), no entanto continuaram a prever a tributação dos lucros reais a partir da contabilidade apesar de revogado o Código da Contribuição Industrial de 1963.

¹⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1990.

¹⁷ Distração reconhecida pela sistema fiscal, dizendo mais tarde que entre 1 de janeiro de 1989 e 17 de outubro de 1995 (data do primeiro estatuto dos TOC) se mantinha a obrigatoriedade das empresas terem um técnico de contas responsável.

Dois anos mais tarde, em 1995, são publicados os primeiros Estatutos dos Técnicos Oficiais de Contas¹⁸ que exigem um “Técnico Oficial de Contas” (TOC)¹⁹ em todas as empresas, continuando estas a ser tributadas pelos lucros reais apurados de acordo com o POC e diretrizes contabilísticas publicadas pela CNC. Estes estatutos conduziram ao aparecimento da “Associação dos Técnicos Oficiais de Contas” (ATOC), que tinha como objetivo dignificar e defender os interesses dos contabilistas, bem como promover os princípios éticos e formação dos seus membros (Alves & Costa, 2001; Gomes, Graig & Rodrigues, 2004; Guimarães, 2007).

Segundo Alves & Costa (2001) e Gomes, Graig & Rodrigues (2004) para poder exercer a profissão era obrigatória a inscrição nesta associação, sendo exigido no mínimo um bacharelato, licenciatura ou curso superior equivalente na área, com a duração mínima de três anos, mas também fazer prova da aprovação nas disciplinas de contabilidade geral e analítica e ainda em fiscalidade Portuguesa, sendo que, quer os cursos quer as disciplinas teriam de ser ministrados por uma instituição de ensino pública ou privada e criados nos termos da lei e reconhecidos pela ATOC como adequados para o exercício da profissão.

Importa ainda referir que segundo Gomes, Graig & Rodrigues (2004) podiam também inscrever-se na ATOC pessoas com o mínimo de três anos de experiência em contabilidade, que tivessem terminado um dos cursos de qualificação designado para o efeito.

Segundo Guimarães (2007) e a informação disponibilizada no *site* da OTOC, a 18 de setembro de 1999 é atualizada pelo Decreto-Lei n.º 367/99, de 18 de setembro a CNC, passando as Diretrizes Contabilísticas a ter efeito obrigatório.

Nesse mesmo ano é aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, o novo estatuto dos TOC, passando a ATOC a designar-se como “Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas” (CTOC) e o Código Deontológico, que entra em vigor a 1 de janeiro do ano seguinte. Ainda neste período é lançado o *site* da CTOC e a CROC passa a Ordem, pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Guimarães, 2007; OTOC, História, 2014).

¹⁸ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de outubro.

¹⁹ Expressão que surge pela primeira vez nesta data, sendo a designação dada aos Técnicos de Contas que resultou da regulamentação da profissão e da mesma ser considerada de interesse público.

De acordo com Alves & Costa (2001), Guimarães (2007) e o *site* da OTOC, em abril de 2000, a CTOC publica o primeiro número da Revista “TOC”, tendo sido também neste período inauguradas mais duas representações uma nos Açores e outra na Madeira, contando já Portugal Continental com as suas um pouco de norte a sul do País.

Ainda segundo o *site* da OTOC, em 2002, inicia-se o processo de desmaterialização das declarações fiscais, para o qual a CTOC deu um grande contributo, tendo-se realizado nesse mesmo ano, na Batalha, o primeiro Encontro Nacional dos TOC. Um ano depois, em março de 2003, entram em vigor novas regras de inscrição como membro efetivo na CTOC, que exigem não só a aprovação num dos cursos que dão acesso à inscrição na CTOC, mas também a aprovação no estágio e exame (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004).

A 25 de maio de 2004 a CTOC apresenta a sua revista científica “Contabilidade & Gestão” e um ano mais tarde, com o objetivo de dar credibilidade à profissão, abre as inscrições para a criação de equipas de Controlo da Qualidade. Neste ano, com o intuito de melhorar a comunicação eletrónica entre a Câmara e os TOC, cria o projeto “Pasta TOC” e o Fundo de Pensões para os TOC, apostando num sistema complementar de Segurança Social (OTOC, História, 2014).

Segundo o mesmo *site* o Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), que tem como principal mentor António de Sá, realiza-se pela primeira vez em Portugal no ano de 2006, depois de realizadas sete edições no Brasil, ficando a organização do mesmo a cargo da CTOC. É também neste ano, a 16 de maio inaugurada a nova sede em Lisboa da CTOC e em novembro realizado o II Congresso dos TOC em Lisboa.

O ano de 2007 foi também cheio de iniciativas da CTOC, desde os congressos e ações de formação dadas ao longo do ano, entre outras, sobre matérias fiscais, passando pelas ações de carácter social como a ideia da criação da “Casa do TOC”, espaço de encontro e acolhimento dos profissionais numa fase mais avançada ou a assinatura a 20 de março de um protocolo entre um grupo segurador e a CTOC, no intuito dos profissionais com a inscrição em vigor disporem de um seguro de saúde gratuito (OTOC, História, 2014).

O mesmo *site* faz ainda menção à apresentação oficial da Comissão da História da Contabilidade (CHC) a 10 de abril de 2007 a fim de investigar e compilar informação sobre a história da contabilidade, visto ser um tema pouco desenvolvido em Portugal. Em

maio, a CTOC recebe o lançamento público da IES, que conta com a presença de membros ilustres do Governo ligados a estas matérias e aprova o regulamento da formação de créditos para o Controle da Qualidade.

A 6 de junho a CTOC organiza pela primeira vez a cerimónia de entrega dos certificados aos seus novos membros, fechando-se o ano com a realização da II Conferência da European Federation of Accountants and Auditors for SME's em Lisboa. Em abril de 2008 a CTOC arranca definitivamente com a formação à distância, dando aos seus membros condições únicas de acesso à formação e aos créditos obrigatórios do Regulamento do Controle da Qualidade (OTOC, História, 2014).

Ainda segundo informação disponível no *site* da OROC, em 2008, à semelhança do ano anterior, é realizada em Portugal a nona edição do Prolatino, ficando mais uma vez a organização do mesmo a cargo da CTOC, em setembro inicia-se a emissão do programa de rádio “Conselho Fiscal”, uma parceria entre a Câmara e a TSF. Ainda neste ano é apresentado o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A 23 de julho de 2008 é reconhecido pública e oficialmente o crescimento qualitativo da profissão através da aprovação da proposta de lei que permite alterar o estatuto da CTOC e a passagem a Ordem profissional. No entanto só em 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro é que Câmara passa a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC, História, 2014).

A 1 de julho de 2010 entra em vigor o novo regulamento de inscrição como membro efetivo na OTOC, que exige a aprovação num dos cursos por ela reconhecido, bem como a aprovação no estágio e exame sobre matérias contabilísticas, fiscais e de Ética e Deontologia Profissional dos TOC. A este respeito importa referir que o Código de Ética e Deontologia Profissional dos TOC encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 310/2009 de 26 de outubro. Pode no entanto ser solicitada a dispensa de estágio quer por frequência de Estágio Curricular/Projeto (Simulação Empresarial), quer por experiência profissional e ainda a dispensa de exame sobre Ética e Deontologia Profissional dos TOC (OTOC, Regras de inscrição e regulamentos, 2014).

2.4. Síntese

Através da revisão de literatura verifica-se que não se pode falar de contabilidade sem falar em Luca Pacioli, uma das figuras incontornáveis da contabilidade. Consta-se também que é sempre difícil dar uma definição sintética, quando se está perante uma realidade complexa como esta, pois por mais elaborada que esteja há sempre o risco de que omitir alguns aspetos característicos.

Verifica-se também que a contabilidade tem evoluído ao longo dos tempos, acompanhando a evolução civilizacional, exemplo disso é o facto da contabilidade inicialmente ser feita só em papel e hoje ser informatizada. Esta evolução é ainda visível no seu objeto, ou seja, no seu intuito, mas também no seu método de execução, nos instrumentos de trabalho e na conceção que dela se tem. Estando aliás relacionada com o facto de vários autores de acordo com as épocas em que viveram, considerarem sucessivamente a contabilidade como uma arte, uma tecnologia ou uma ciência.

A contabilidade no início servia para colmatar as limitações inerentes à capacidade de memória do Homem, servir como meio de prova, mais tarde para dar cumprimento a obrigações legais e fiscais, acabando por se tornar gradualmente numa fonte de informação acerca da situação da organização para o apoio à tomada de decisão, pois faz a ligação entre a fonte de informação, a organização e os *stakeholders*.

A contabilidade não se resume a recordar o passado e a conhecer o presente, sendo essencial para projetar o futuro, planear a atividade, definir objetivos e acompanhar o alcance dos mesmos, sendo uma ferramenta essencial para o apoio à gestão. Atualmente as questões que estão “em cima da mesa” já não passam pelo conceito de contabilidade, mas pela convergência e a harmonização internacional das normas e práticas contabilísticas.

Na análise da evolução da profissão contabilística em Portugal, destaca-se a designação dada ao longo dos tempos aos profissionais de contabilidade desde a de “Guarda-livros”, prevista nos Estatutos da Aula do Comércio (1759), passando pela de “Técnico de Contas”, termo introduzido formalmente por uma das Portarias que implementou o Código de Contribuição Industrial (1963) e terminando em “Técnico Oficial de Contas”, presente nos primeiros Estatutos dos Técnicos Oficiais de Contas (1995).

Em suma, a contabilidade tem registado uma significativa evolução nos últimos tempos, no entanto nem sempre assim foi, o caminho percorrido até aos dias de hoje foi acompanhado de avanços e retrocessos. No que respeita à profissão verificamos que finalmente começa a ter a dignidade, o respeito e o prestígio que realmente merece (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004).

3. Estudo do Setor

3.1. Introdução

No capítulo do estudo do setor presentemente apresentado tem-se como objetivo fazer uma caracterização do setor da prestação de serviços de contabilidade, sendo este composto pelo subcapítulo da introdução, pelo do setor das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, seguido do subcapítulo sobre a entidade acolhedora, isto é, sobre a Barquiconta, Lda., finalizando o mesmo com uma pequena síntese. O subcapítulo da introdução indicará a forma como está estruturado o capítulo do estudo do setor e fará uma pequena alusão acerca dos temas apresentados em cada um dos subcapítulos.

No subcapítulo do setor das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” irá fazer-se uma caracterização do setor da contabilidade. Para tal foram usados indicadores do Instituto Nacional de Estatística (INE), que permitiram a partir dos mesmos apresentar vários gráficos, sendo que os três primeiros mostram em termos percentuais, respetivamente as empresas existentes, o pessoal ao serviço das mesmas e os seus volumes de negócios por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em Portugal.

Os dois gráficos seguintes mostram a evolução existente de 2008 a 2012 do número de empresas, pessoal ao seu serviço e respetivos volumes de negócios, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”. Posteriormente serão ainda apresentados outros três gráficos que evidenciam em termos percentuais, respetivamente as empresas existentes, o pessoal ao serviço das mesmas e os seus volumes de negócios, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, por localização geográfica, no ano de 2012.

Os dois últimos gráficos mostram a evolução existente de 2008 a 2012 do número de empresas, pessoal ao serviço das mesmas e respetivos volumes de negócios, no Médio Tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”. No subcapítulo sobre a Barquiconta, Lda. é apresentada a empresa, a sua missão e visão, os seus objetivos e o seu organigrama, isto é, a forma como está organizada. Por último, no subcapítulo da síntese será apresentado um breve resumo dos aspetos mais importantes a absorver deste capítulo do estudo do setor.

3.2. Setor das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”

Na caracterização do setor de atividade optou-se por utilizar a base de dados estatística disponível no *site* do INE, nomeadamente os indicadores²⁰ relativos às “Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2002)²¹ e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev.3)²²; Anual”, ao “Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev.3); Anual” e ao “Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS – 2002) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev.3); Anual”.

Gráfico 1 – Empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

A partir dos indicadores referidos, obteve-se o Gráfico 1, acima apresentado relativo à percentagem de empresas existentes em Portugal²³, por secção e subclasse de atividade económica, em 2012. Constata-se da observação do mesmo que as empresas da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, na qual se inclui a atividade da contabilidade, representavam apenas cerca de 10%, face às das restantes secções de atividade que correspondiam a 90%. Constata-se ainda que destas 10% da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e

²⁰ Sobre estes indicadores ver respetiva metainformação nos Anexo 1, Anexo 2, Anexo 3.

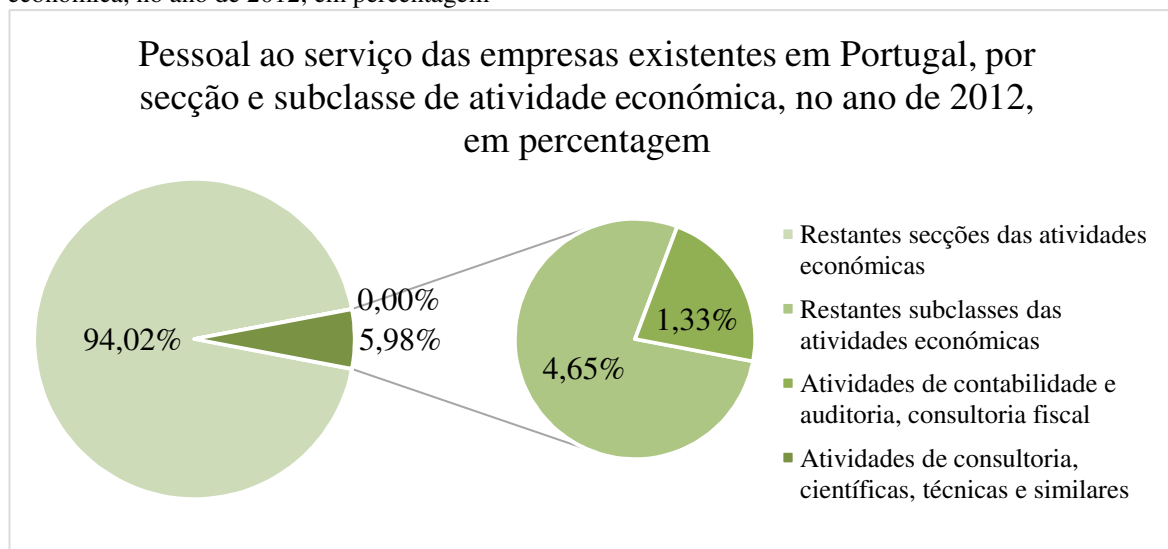
²¹ Refere-se à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro.

²² Refere-se à Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE), revisão 3, dada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

²³ Inclui o continente e a Região Autónoma da Madeira e dos Açores.

similares” só perto de 2% correspondem à subclasse “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, pertencendo cerca de 8% às restantes subclasses.

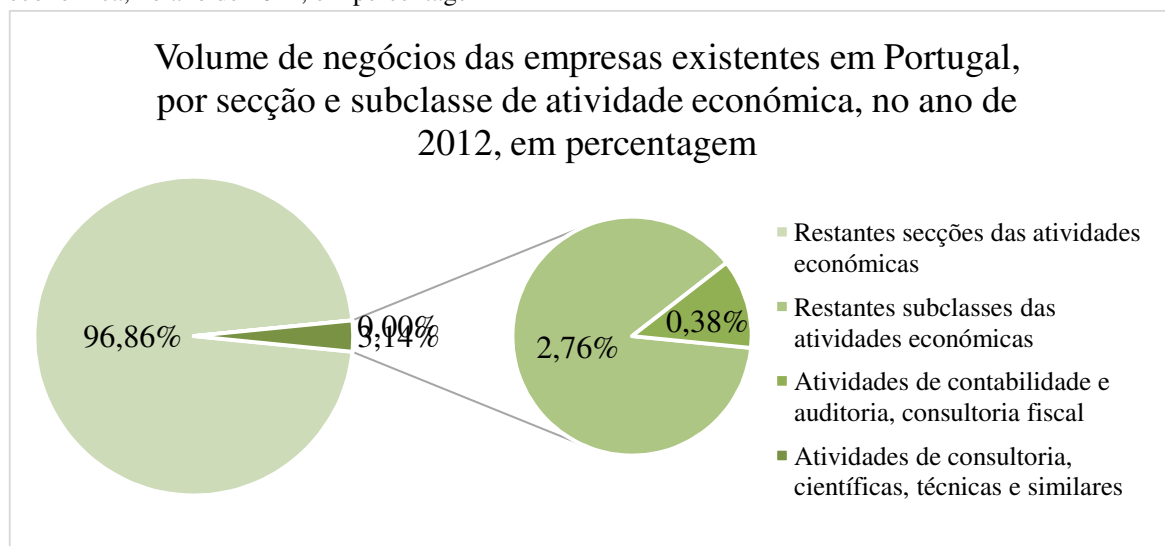
Gráfico 2 – Pessoal ao serviço das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

O Gráfico 2 apresenta a percentagem de pessoal ao serviço das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, em 2012, verificando-se da sua observação que o pessoal ao serviço das empresas da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, correspondia apenas a perto de 6%, face a 94% do pessoal ao serviço das empresas que desenvolvem atividade nas restantes secções. Observa-se ainda que cerca de 1% destes 6% do pessoal ao serviço das empresas da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” pertencem à subclasse “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, respeitando às restantes subclasses perto de 5%.

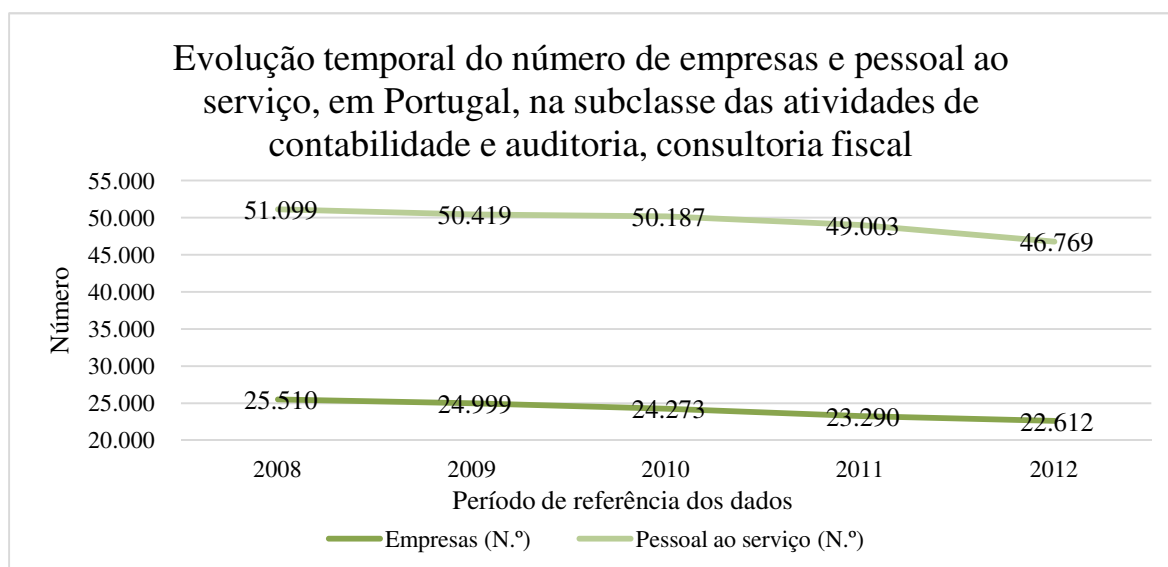
Gráfico 3 – Volume de negócios das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012, em percentagem



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

Em cima é apresentado o Gráfico 3 que evidencia a percentagem do volume de negócios das empresas existentes em Portugal, por secção e subclasse de atividade económica, no ano de 2012. A partir da sua observação constata-se que o volume de negócio das empresas da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, representava sensivelmente 3%, face ao volume de negócios das empresas que desenvolvem atividades nas restantes secções de atividade que rondava os 97%. Observa-se também que é aproximadamente nula a percentagem destes 3% do volume de negócios das empresas da secção de atividade económica “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” que correspondem à subclasse “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, pertencendo assim praticamente os 3% do volume de negócios às empresas que desenvolvem atividades nas restantes subclasse.

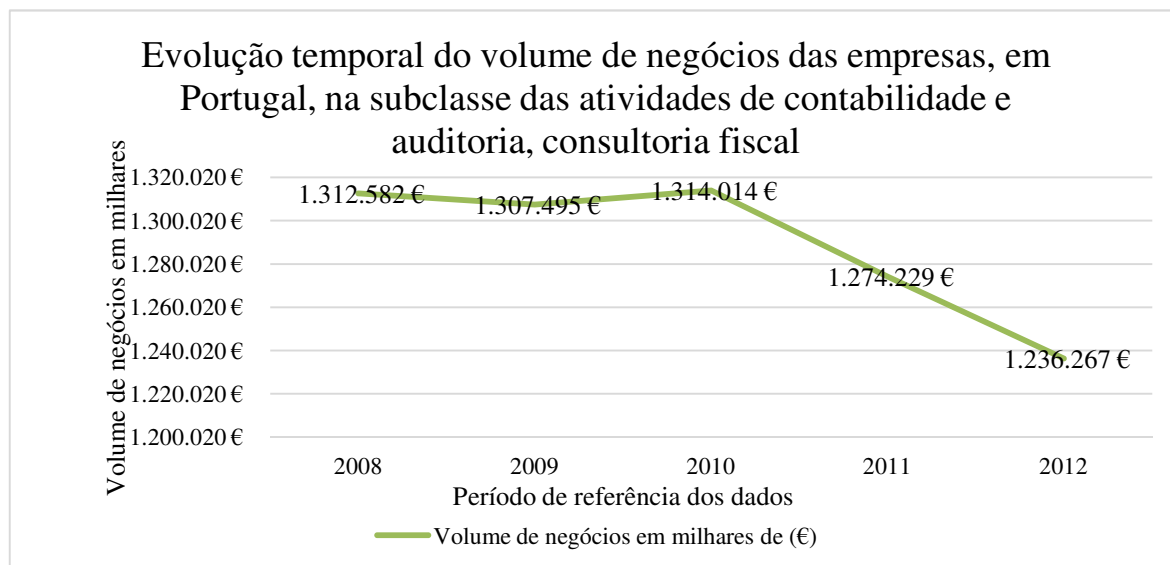
Gráfico 4 – Evolução temporal do número de empresas e pessoal ao serviço, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

O Gráfico 4 acima apresentado mostra a evolução de 2008 a 2012, do número de empresas e pessoal ao serviço, em Portugal, nas “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”. Assim através da sua observação pode verificar-se que no período de referência, no que respeita ao número de empresas, se registou de uma forma genérica um decrescimento, tendo sido mais acentuado de 2010 para 2011, situação esta que se deve em grande parte à crise económica instalada em Portugal e um pouco por todo o mundo, mas também devido às crescentes restrições de acesso à profissão de TOC e ainda ao facto de a taxa de aprovação do exame de acesso à mesma ter reduzido nos últimos anos. Verifica-se ainda que, também o número de pessoal ao serviço foi decrescendo no período de referência, tendo este sido mais acentuado de 2011 para 2012, acompanhando a tendência decrescente do número de empresas.

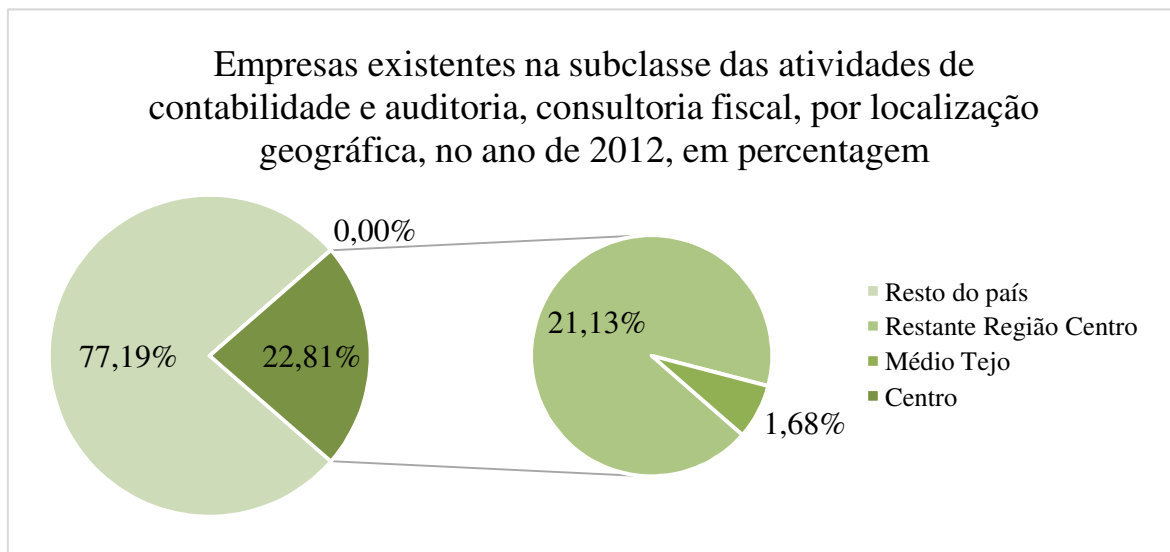
Gráfico 5 – Evolução temporal do volume de negócios das empresas, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

Em cima é apresentado o Gráfico 5, que evidencia a evolução de 2008 a 2012, do volume de negócios em euros das empresas, em Portugal, nas “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”. A partir da observação do referido gráfico constata-se que no período de referência o volume de negócios registou de 2008 para 2009 um ligeiro decrescimento, tendo de 2009 para 2010 sofrido um crescimento superior ao decrescimento do período anterior. De 2010 a 2012 o decrescimento do volume de negócios foi muito acentuado, tendo sido mais significativo de 2010 para 2011.

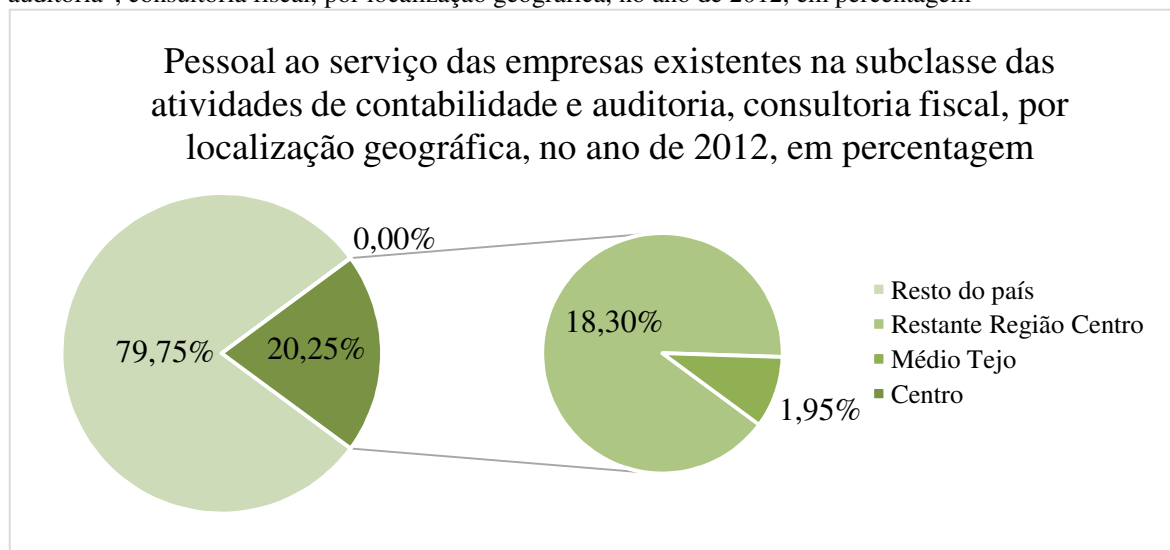
Gráfico 6 – Empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

O Gráfico 6 mostra a percentagem de empresas existentes na subclasse de atividade económica “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, no ano de 2012, por localização geográfica. Constata-se da sua observação que as empresas que desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” na zona Centro representam cerca de 23%, face às que a desenvolvem nas restantes zonas do país, incluindo a Região Autónoma da Madeira e dos Açores, que correspondem a perto de 77%. Constata-se ainda que destas 23% que se encontram na Região Centro e desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, apenas cerca de 2% correspondem à região do Médio Tejo, pertencendo aproximadamente 21% às restantes regiões da zona Centro.

Gráfico 7 – Pessoal ao serviço das empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria”, consultoria fiscal, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem

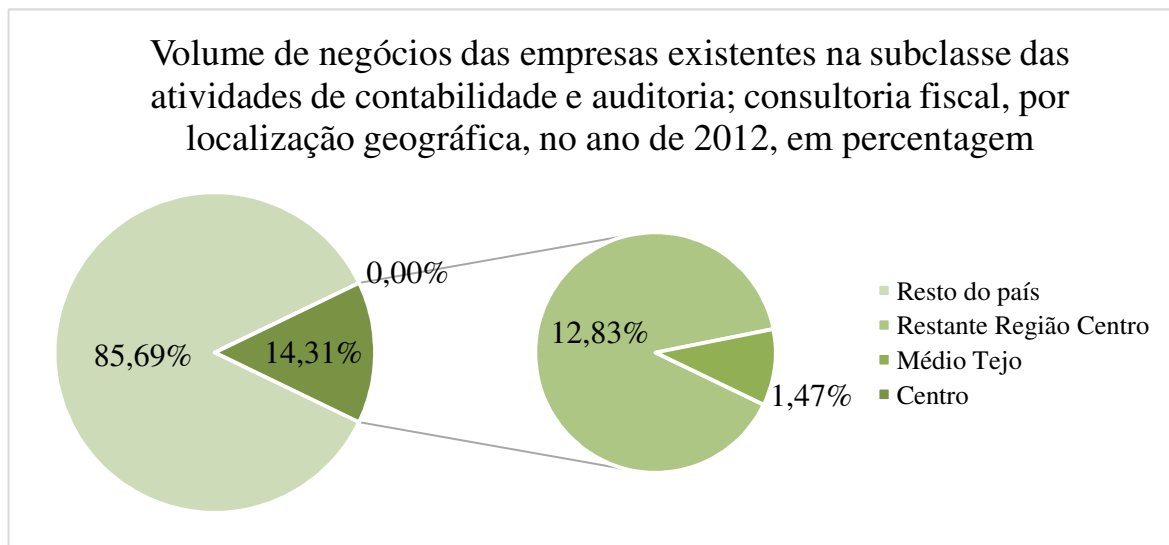


Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

Em cima é apresentado o Gráfico 7 que evidencia a percentagem de pessoal ao serviço das empresas existentes na subclasse de atividade económica “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, no ano de 2012, por localização geográfica. Verifica-se através da sua observação que o pessoal ao serviço das empresas de “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” da zona Centro representam cerca de 20%, face a 80% do mesmo que está ao serviço das referidas empresas nas restantes zonas do país, incluindo a Região Autónoma da Madeira e dos Açores.

Verifica-se também que só cerca de 2% destes 20% que estão ao serviço das empresas que desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” na Região Centro, correspondem à região do Médio Tejo, pertencendo aproximadamente 18% do pessoal ao serviço das referidas empresas, às restantes regiões da zona Centro.

Gráfico 8 – Volume de negócios das empresas existentes na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria”, consultoria fiscal, por localização geográfica, no ano de 2012, em percentagem

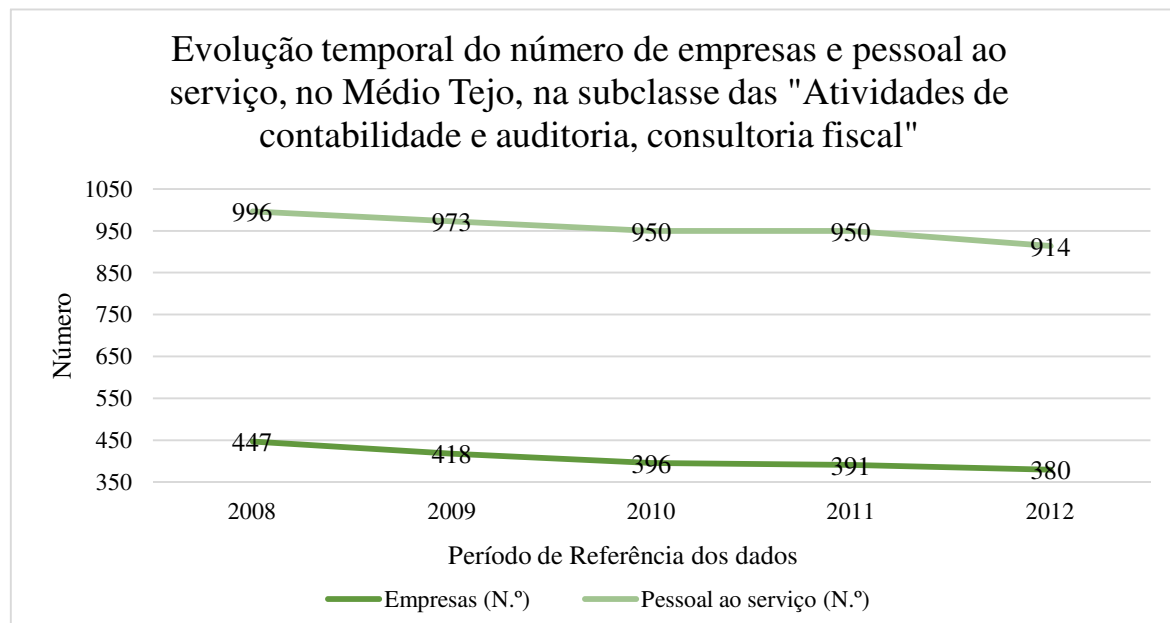


Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

O Gráfico 8 mostra o volume de negócios, em percentagem, das empresas existentes na subclasse de atividade económica “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, no ano de 2012, por localização geográfica. Através da visualização do referido gráfico constata-se que o volume de negócios das empresas que desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” na zona Centro representa cerca de 14%, face ao apresentado por aquelas que desenvolvem a referida atividade nas restantes zonas do país, incluindo a Região Autónoma da Madeira e dos Açores, que corresponde a perto de 86%.

Constata-se ainda que destes 14% do volume de negócios das empresas que se encontram na Região Centro e desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, apenas cerca de 1% corresponde ao volume de negócios das referidas empresas localizadas na região do Médio Tejo, pertencendo aproximadamente 21% do volume de negócios às empresas que desenvolvem a referida atividade nas restantes regiões da zona Centro.

Gráfico 9 – Evolução temporal do número de empresas e pessoal ao serviço, no Médio Tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”

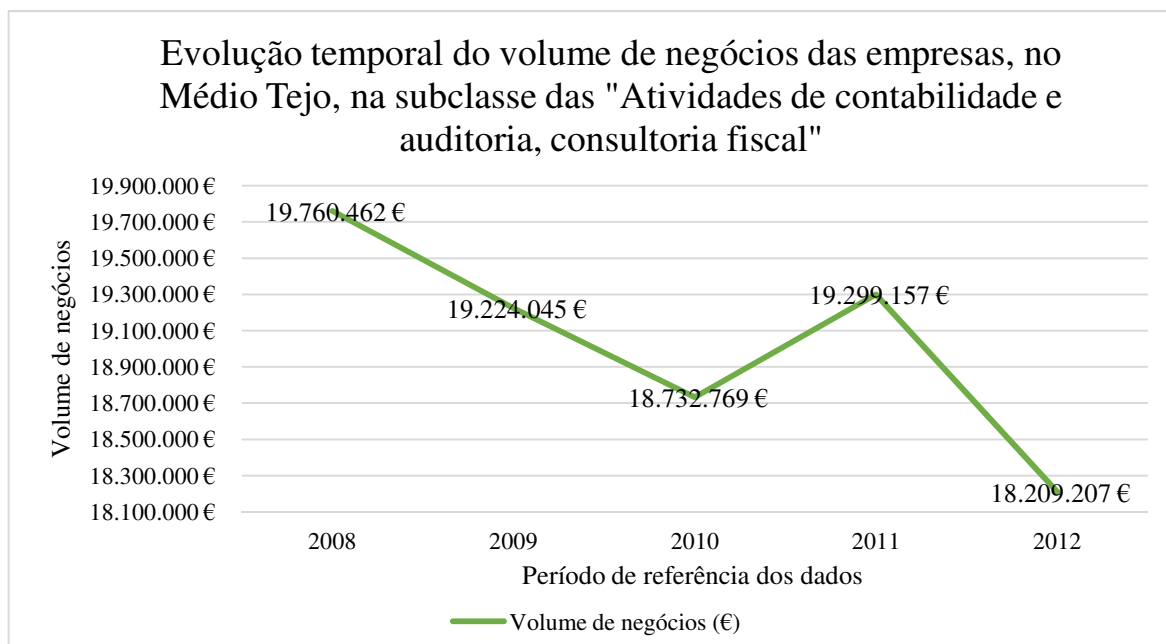


Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

Em cima é apresentado o Gráfico 9 que mostra a evolução de 2008 a 2012, do número de empresas e pessoal ao serviço, na região do Médio Tejo, nas “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”. Assim através da sua observação pode verificar-se que no período de referência, no que respeita ao número de empresas que desenvolvem a sua atividade na referida área, se registou de uma forma genérica um decréscimo, tendo sido mais acentuado de 2008 para 2009.

Verifica-se ainda que também o número de pessoal ao serviço das empresas que desenvolvem as referidas atividades foi decrescendo no período de referência. No entanto o número de pessoal ao serviço apesar de se ter mantido constante de 2010 para 2011, apresentou um decréscimo mais acentuado de 2011 para 2012, à semelhança do que se verificou no resto do país, como vimos anteriormente no Gráfico 4 da Página 33.

Gráfico 10 – Evolução temporal do volume de negócios das empresas, no Médio Tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”



Fonte: Elaboração própria, com base nos indicadores disponíveis na base de dados estatísticos do *site* do INE

O Gráfico 10 acima apresentado evidencia a evolução de 2008 a 2012, do volume de negócios em euros das empresas, no Médio Tejo, em Portugal, nas “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”.

A partir da observação do referido gráfico constata-se que no período de referência o volume de negócios, das empresas que desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” registou de 2008 a 2010 um acentuado decrescimento, tendo de 2010 para 2011 sofrido um crescimento superior ao decrescimento verificado de 2009 para 2010, crescimento este que no resto do país foi evidente de 2009 para 2010, como foi visto anteriormente no Gráfico 5 da Página 34.

Constata-se ainda que o período que decorreu entre 2011 e 2012 foi aquele que registou um decrescimento mais acentuado do volume de negócios, das empresas que desenvolvem “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”.

3.3. Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda.

A Barquiconta, Lda., segundo o seu *site*, iniciou a sua atividade em março de 2005, sob a forma jurídica de Sociedade por Quotas, com o contribuinte n.º 507290127. Encontra-se sediada em Vila Nova da Barquinha, na Rua do Tejo n.º 36, junto à Câmara Municipal e conta com um posto avançado também em Vila Nova da Barquinha, junto ao serviço de Finanças local e uma filial em Tomar, na Rua São Gião n.º 16 e 18.

Como a própria designação indica, a Barquiconta, Lda., presta serviços na área da contabilidade e consultoria, mas também dá apoio fiscal e à gestão, tendo recentemente apostado no apoio jurídico aos seus clientes, através de uma parceria com um advogado reconhecido.

Estando no mercado há cerca de dez anos, esta empresa dispõe de uma equipa de colaboradores especializados, com uma vasta experiência e competências multidisciplinares, recorrendo sempre que necessário a parceiros especializados, por forma a prestar um serviço completo e de forma articulada. Atualmente conta com três técnicos oficiais de contas, uma secretária administrativa e um técnico de contabilidade, organizados por três gabinetes, sendo um deles a sede, em Vila Nova da Barquinha, outro o posto avançado também em Vila Nova da Barquinha e o terceiro a filial de Tomar.

Conscientes de que o maior capital existente numa organização é o capital humano e a relação da organização com a comunidade em que se insere, a Barquiconta, Lda. está atenta tanto às necessidades dos seus colaboradores como às necessidades daqueles que os rodeiam.

A Barquiconta, Lda. tem como máxima a satisfação dos clientes e cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária, daí ter escolhido a sua localização, em proximidade com estas instituições, nomeadamente junto aos serviços de Finanças. É também neste sentido que avalia continuamente as necessidades dos seus clientes perante as solicitações da Autoridade Tributária e de outros organismos ou instituições oficiais com quem estes se relacionem.

A pensar na referida satisfação dos clientes a Barquiconta Lda. dispõe no seu *site* de uma área reservada a eles, bem como um separador com links úteis e os seus contactos. Neste

site é ainda feita uma breve apresentação da empresa, assim como dos serviços que coloca à disposição dos seus clientes.

3.3.1. Missão e Visão

“A Barquiconta – Contabilidade e Gestão Lda. tem como missão ser uma empresa especializada no apoio à gestão de empresas, nas áreas da contabilidade, fiscalidade, gestão administrativa de recursos humanos, consultoria de gestão. Efetua, ainda, a elaboração e análise de projetos de investimento e formação profissional.

Procura a satisfação das necessidades dos seus clientes, grandes empresas, pequenas e médias empresas (PME), micro empresas, empresários em nome individual, profissionais liberais e associações, assegurando o cumprimento dos normativos legais em vigor.” (Barquiconta Contabilidade e Gestão, Empresa, 2011).

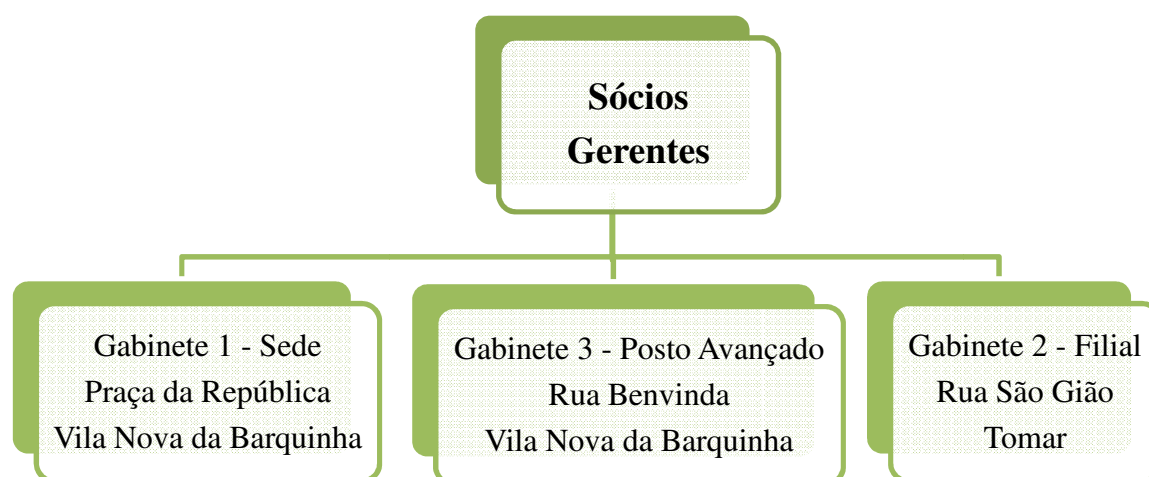
“A Barquiconta, Lda. tem como visão ser uma empresa de referência no seu sector de atividade, disponibilizando os seus serviços com qualidade, e de forma ajustada às necessidades e expectativas de cada um dos seus clientes.

Tem como objetivo a excelência da sua organização, assumindo a inovação como principal vetor estratégico. Para tal, recorre a uma equipa de técnicos especializados e experientes, adotando uma política de formação contínua dos Recursos Humanos e ao investimento em tecnologias e sistemas de informação, visando acrescentar valor ao negócio dos seus Clientes, e satisfazer as expectativas dos seus Colaboradores, Fornecedores, Parceiros e Sócios.” (Barquiconta Contabilidade e Gestão, Empresa, 2011).

3.3.2. Organigrama

A Figura 1 abaixo apresentada evidencia a forma como a Barquiconta, Lda. se encontra estruturada, bem como onde se localizam a sede, o seu posto avançado e ainda a filial.

Figura 1 – Organigrama da Barquiconta – Contabilidade e Gestão, Lda.



Fonte: Elaboração própria, com base no organigrama cedido pela empresa

A figura acima evidencia a estrutura da Barquiconta, Lda., que assenta em dois sócios gerentes, tendo a mesma três gabinetes de contabilidade. O gabinete 1 corresponde à sede e localiza-se na praça da República em Vila Nova da Barquinha.

O gabinete 3 diz respeito ao posto avançado, que se encontra situado na rua Benvinda, também em Vila Nova da Barquinha, já o gabinete 2 corresponde à filial que se localiza na rua São Gião em Tomar.

3.3.3. Serviços

Na prestação dos seus serviços a Barquiconta, Lda. assume-se como um parceiro ético e responsável pois garante a confidencialidade das informações disponibilizadas pelos seus clientes, assegurando a salvaguarda dos seus dados. Assume-se ainda como inovador visto que investe em meios tecnológicos, na investigação e desenvolvimento de produtos e serviços adequados às necessidades do mercado, mas também como competente, nomeadamente a nível técnico, uma vez que aposta na formação e atualização contínua dos

seus colaboradores, utilizando métodos de avaliação e auditoria interna, com vista à manutenção da melhor equipa técnica.

A Barquiconta, Lda. é ainda uma empresa orientada para o cliente, dado que responde com prontidão aos compromissos assumidos e às solicitações dos seus clientes em tempo útil, assegurando o cumprimento dos prazos legais, assim como a personalização, pois procura construir relações de parceria e proximidade com os seus clientes, apostando num atendimento individualizado, por forma a ir ao encontro das suas necessidades e expectativas, motivo pelo qual tem como lema “ao seu dispor 24h online”.

Como se mencionou anteriormente a Barquiconta, Lda., presta serviços na área da contabilidade e consultoria, mas também dá apoio jurídico, fiscal e à gestão, entre outros. Assim e de acordo com o referido anteriormente, no que respeita à contabilidade os serviços prestados a ela inerentes são:

- Contabilização;
- Emissão de balancetes;
- Conciliação de contas;
- Encerramento de contas;
- Mapas de provisões e amortizações;
- Balanço e demonstração de resultados;
- Anexos ao balanço e à demonstração de resultados.

A contabilidade de uma empresa não se resume apenas ao tratamento dos documentos que dentro dela circulam, pois quando se fala numa empresa a ela estão associados os funcionários que lá trabalham e sem os quais ela não funcionaria, assim a Barquiconta, Lda. presta neste âmbito os seguintes serviços:

- Processamento de salários mensalmente;
- Recibos;
- Mapas destinados à transferência bancária;
- Mapas para a Segurança Social;
- Mapa para o seguro;
- Guias para a Segurança Social;

- Guias do IRS;
- Guias para o Sindicato;
- Declarações anuais para o IRS;
- Quadro do pessoal anual.

Atualmente verifica-se que existe um maior controlo da Autoridade Tributária sobre os contribuintes mas também sobre as empresas, é neste sentido que a Barquiconta, Lda. presta os seguintes serviços de apoio fiscal e obrigações legais:

- Apoio na entrega da declaração de início de atividade;
- Apuramento do IVA e envio da respetiva declaração;
- Emissão das guias do IRC;
- Retenções na fonte;
- Apuramento do IRC/IRS;
- Preenchimento da Modelo 22 do IRC e respetivo envio;
- Preenchimento da IES e respetivo envio da mesma.

No sentido de dar um maior apoio e acompanhamento, na área administrativa e da gestão, às empresas com quem a Barquiconta, Lda. trabalha, esta tem à disposição dos seus clientes alguns serviços administrativos, como:

- Livro de Atas e elaboração das mesmas;
- Resposta a inquéritos do INE, nomeadamente a inquéritos mensais ou trimestrais que são feitos a algumas empresas não financeiras.

Com base na informação contabilística e à medida de cada empresa e do sector de atividade em que se insere a Barquiconta, Lda. elabora ainda os seguintes relatórios mensais:

- Balanços;
- Mapas de exploração;
- Centros de custo;
- Mapas de *Cash-Flow*;
- Gráficos de performance.

3.4.Síntese

Através do estudo do setor verifica-se que, em termos percentuais, no que respeita às empresas existentes em Portugal, no ano de 2012, apenas 2% delas desenvolviam “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, dedicando-se as restantes a outras subclasses de atividade. No que se refere ao pessoal ao serviço, constata-se que, em Portugal, no ano de 2012, apenas cerca de 1% deste pessoal trabalhava nas referidas empresas de contabilidade e auditoria, face aos que trabalham nas empresas das restantes subclasses de atividade.

Já no que toca ao volume de negócios das empresas do referido ramo de atividade verifica-se que era quase nula a sua percentagem face ao apresentado pelas empresas das outras subclasses de atividade do país, em 2012.

No que se refere aos gráficos apresentados da evolução temporal do número de empresas, pessoal ao serviço e respetivos volumes de negócios, em Portugal, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, verifica-se que de 2008 a 2012 se tem registado de uma forma generalizada um decrescimento do número de empresas, em Portugal na área da contabilidade, e consequentemente do número de pessoas ao serviço das mesmas, bem como do seu volume de negócios apesar de este ter apresentado um crescimento de 2009 para 2010.

A partir do estudo do setor constata-se ainda, em termos percentuais, no que respeita às empresas existentes, em 2012, na subclasse de atividade de contabilidade e auditoria, que apenas 2% delas desenvolvem a sua atividade no Médio Tejo, desenvolvendo as restantes a referida atividade nas outras zona do país.

No que concerne ao pessoal ao serviço, verifica-se que, em 2012, apenas cerca de 2% deste pessoal trabalhava nas referidas empresas de contabilidade e auditoria localizadas no Médio Tejo, face aos que trabalham nas empresas da referida atividade no resto do país. Já no que respeita ao volume de negócios das empresas do referido ramo de atividade verifica-se que representava cerca de 1% face ao apresentado pelas empresas que desenvolvem a referida atividade nas restantes zonas do país.

No que se refere aos gráficos apresentados da evolução temporal do número de empresas, pessoal ao serviço e respetivos volumes de negócios, no Médio tejo, na subclasse das “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal”, verifica-se que de 2008 a 2012 se tem registado de uma forma genérica um decrescimento do número de empresas, no Médio Tejo, na área da contabilidade, e consequentemente do número de pessoas ao serviço das mesmas, bem como do seu volume de negócios apesar de este ter apresentado um crescimento de 2010 para 2011, crescimento este que em Portugal ocorreu de 2009 para 2010, como se referiu anteriormente.

No que concerne à apresentação da Barquiconta, Lda., verifica-se que esta é uma Sociedade por Quotas que se encontra no mercado há cerca de dez anos, e que surgiu com o objetivo de prestar um conjunto alargado de serviços, com a melhor qualidade não só na área da contabilidade, mas também no apoio fiscal e à gestão, tendo recentemente apostado no apoio jurídico aos seus clientes, através de uma parceria com um advogado reconhecido.

A Barquiconta, Lda. tem como máxima a satisfação dos clientes, para tal dispõe de uma equipa de colaboradores especializados, com uma vasta experiência e competências multidisciplinares, recorrendo sempre que necessário a parceiros especializados, por forma a prestar um serviço completo e de forma articulada. Atualmente conta com três técnicos oficiais de contas, uma secretária administrativa e um técnico de contabilidade, organizados por três gabinetes, sendo um deles a sede, em Vila Nova da Barquinha, outro o posto avançado também em Vila Nova da Barquinha e o terceiro a filial de Tomar. Ainda a pensar nos seus clientes dispõe no seu *site* de uma área reservada aos mesmos.

4. Metodologia

4.1. Introdução

O capítulo da metodologia aqui apresentado, que tem como objetivo apresentar e justificar a adoção de determinada metodologia de investigação, é composto pelo subcapítulo da introdução, pelo do método de investigação, terminando o mesmo com uma breve síntese.

No subcapítulo da introdução será apresentada a forma como está organizado o capítulo da metodologia e feita uma pequena menção sobre os assuntos expostos em cada um dos subcapítulos.

Segundo Carmo & Ferreira (1998), em ciências sociais a expressão metodologia é usada de forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados suscetíveis de poder ser comparados e analisados posteriormente.

Os métodos de investigação, segundo Major, Robalo & Vieira, (2009, p. 134) não são mais do que metodologias, isto é, “...*técnicas de pesquisa que permitem análises específicas de acordo com a metodologia seguida pelo estudo em que são utilizados.*”.

Após o referido, no subcapítulo do método de investigação será apresentada a técnica de pesquisa adotada para a elaboração deste relatório de estágio, nomeadamente a observação direta e dentro desta a observação participante.

Ainda neste subcapítulo será exposta a justificação para a adoção da referida técnica de pesquisa, bem como apresentadas as suas vantagens e desvantagens.

Por fim, no subcapítulo da síntese será apresentado um pequeno resumo com as ideias essenciais a reter deste capítulo da metodologia.

4.2. Método de investigação

Os métodos de investigação, segundo Major, Robalo & Vieira, (2009, p. 134) não são mais do que metodologias, isto é, “...*técnicas de pesquisa que permitem análises específicas de acordo com a metodologia seguida pelo estudo em que são utilizados.*”.

Segundo, Lakatos & Markoni (1996) existem genericamente três técnicas de pesquisa, para a obtenção de informação, sendo elas a documental, a bibliográfica e aquela que é feita através da observação direta. No entanto outros autores existem, que defendem não só existirem estas duas primeiras técnicas enunciadas como também, a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento, o estudo de caso e ainda, apesar de gerar alguma controvérsia, a pesquisa-ação e a pesquisa participante (Gil, 2002).

Esta falta de uniformidade, nas tipologias das técnicas de pesquisa defendidas pelos vários autores é evidenciada por Beuren & Raupp (2006), referindo ainda que tal situação dificulta a escolha do estudante ao elaborar o capítulo do trabalho que aborda a metodologia da pesquisa.

No caso concreto deste relatório e tendo em conta não só a forma de recolha da informação para o mesmo, mas também o objetivo do estágio, adotou-se como técnica de pesquisa a observação direta, nomeadamente a participante.

A realização do capítulo das tarefas desenvolvidas teve por base a utilização da técnica da pesquisa através da observação direta, nomeadamente à observação participante, como se referiu, dado ter havido a inserção do investigador, durante cerca de cinco meses, num gabinete de contabilidade onde desempenhou as tarefas a ele inerentes, com o objectivo de haver uma participação real do investigador com o grupo, incorporando-o, confundindo-se e participando nas atividades normais dele (Lakatos & Markoni, 1996; Carmo & Ferreira, 1998).

Segundo Lakatos & Markoni (1996, p. 82) a observação participante é definida por Mann (1970) como “*a tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles.*”.

Já para Major, Robalo & Vieira, (2009, p. 139) a observação participante é *“um método de investigação associado à necessidade de o investigador estar presente no local de investigação de forma a observar em primeira mão as atividades levadas (ou não a cabo) pelos observados”*. Este método exige do investigador uma grande disponibilidade de tempo e de recursos, mas também capacidades para participar, perguntar e ouvir.

Na mesma linha de pensamento de Mann (1970) citado por Lakatos & Markoni (1996), vem o conceito de pesquisa participante de Silva e Grigolo (2002) que citado por Beuren & Raupp (2006), referem que a pesquisa participante se caracteriza pela interação entre os pesquisadores e os membros das situações investigadas.

No mesmo sentido vem Gil (2002) dizer que este tipo de pesquisa se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo. Beuren & Raupp (2006, p. 90 e 91) reforçam ainda que este tipo de pesquisa *“...valoriza muito a experiência profissional, tanto dos pesquisadores como dos pesquisados. Isso lhe confere uma característica interessante, que é a possibilidade de aplicação prática da temática que está sendo investigada.”*.

Vários autores defendem existirem diferenças entre a observação participante e a pesquisa participante, no entanto outros existem que confundem estas duas técnicas de pesquisa, não havendo assim consenso entre os autores destas matérias.

Como se referiu anteriormente este é um método de investigação que exige do investigador uma grande disponibilidade de tempo, esta característica pode ser em simultâneo uma vantagem e uma desvantagem, isto porque, se por um lado permite uma aplicação mais exaustiva na prática de conhecimentos adquiridos no local de estágio e ao longo do percurso académico, por outro a sua realização requer de um modo geral mais tempo que outras técnicas de pesquisa.

4.3. Síntese

Através deste capítulo da metodologia verifica-se que existe uma falta de uniformidade nas tipologias das técnicas de pesquisa defendidas pelos vários autores, pois se Lakatos & Markoni (1996) defendem no geral três técnicas de pesquisa, a documental, a bibliográfica e a observação direta, outros como Gil (2002) referem não só existirem as duas primeiras técnicas, como a experimental, a *ex-post facto*, o levantamento, o estudo de caso e ainda que controversas, a pesquisa-ação e a participante.

Esta falta de uniformidade é evidenciada por Beuren & Raupp (2006), referindo ainda que tal situação dificulta a escolha do estudante ao elaborar o capítulo da metodologia da pesquisa, na adoção de determinada técnica ou técnicas de pesquisa, visto que, de acordo com as suas características pode ser feita uma combinação das mesmas, pois na sua maioria complementam-se. Assim é necessário ter em conta não só a forma de recolha da informação para o relatório de estágio, mas também o objetivo que se pretende atingir com o estágio.

Após o referido anteriormente optou-se por adotar como técnica de pesquisa a observação direta, nomeadamente a participante.

Através deste capítulo da metodologia verifica-se também que, para além da falta de uniformidade nas tipologias das técnicas de pesquisa existe ainda uma confusão por parte dos autores em relação às características das mesmas, isto porque, por exemplo no que respeita à observação participante vários autores há que defendem existirem diferenças esta e a pesquisa participante, no entanto outros existem que confundem estas duas e outras técnicas de pesquisa, não havendo assim também consenso quanto à essência de cada uma.

5. Tarefas desenvolvidas

5.1. Introdução

No capítulo das tarefas desenvolvidas presentemente apresentado tem-se como objetivo fazer uma descrição das tarefas desenvolvidas no decorrer do estágio, sendo este composto pelo subcapítulo da introdução, pelo da organização e processo de contabilização de documentos, seguido do subcapítulo das práticas de controlo interno. Este ponto das tarefas desenvolvidas contem ainda um subcapítulo destinado às obrigações fiscais, assim como às obrigações não fiscais e ainda às operações de fim de exercício, sendo o mesmo finalizado com uma pequena síntese.

O subcapítulo da introdução indicará a forma como está estruturado o capítulo das tarefas desenvolvidas e fará uma pequena alusão aos temas apresentados em cada um dos subcapítulos. Seguidamente, no subcapítulo da organização e processo de contabilização de documentos falar-se-á da forma como foi feita a receção, seleção, arquivo, classificação e lançamento de documentos. Já no subcapítulo das práticas de controlo interno serão indicadas aquelas que são adotadas e que foram desempenhadas na Barquiconta, Lda..

No subcapítulo das obrigações fiscais falar-se-á das principais obrigações, para com a Autoridade Tributária, nomeadamente das que se encontram relacionada com o IVA, Declaração Anual/IES, IRC, IRS, fazendo-se referência a quem é que está sujeito a elas assim como quais os seus prazos de entrega. Posteriormente no subcapítulo das obrigações não fiscais será feita referência a quem e de que forma está obrigado a contribuir para a Segurança Social e para o fundo de compensação do trabalho, falar-se á ainda de quem e quando tem de ser feita a entrega do relatório único.

No subcapítulo das operações de fim de exercício irá fazer-se referência ao processo de encerramento de contas e apuramento de resultados, mas também à elaboração das demonstrações financeiras, assim como à prestação de contas, à elaboração do relatório de gestão e à preparação do dossiê fiscal. Por último, no subcapítulo da síntese será efetuada uma breve referência aos aspetos mais importantes deste capítulo das tarefas desenvolvidas.

5.2. Organização e processo de contabilização de documentos

5.2.1. Receção e seleção

Na Barquiconta, Lda., os documentos chegam ao gabinete por norma mensalmente através dos clientes que passam pelo nosso escritório, outros há que, devido à sua dispersão geográfica os enviam por correio e outros ainda, em que se passa nas suas instalações para fazer a recolha dos mesmos.

Após a documentação se encontrar no gabinete é feita uma seleção e separação dos documentos contabilísticos dos não contabilísticos. Os requisitos necessários para que um documento seja designado como contabilístico e assim ser integrado na contabilidade estão previstos nas várias alíneas do n.º 5²⁴ do artigo 36º do CIVA²⁵, sendo eles genericamente:

- Nome, firma ou denominação social;
- Sede ou domicílio fiscal do fornecedor de bens ou prestador de serviços, bem como do destinatário ou adquirente;
- Número de identificação fiscal, dos sujeitos passivos de imposto, fornecedor e cliente;
- Quantidade e denominação do bem transmitido ou serviço prestado;
- Valor líquido de imposto;
- Taxa ou taxas aplicáveis;
- Montante de imposto;
- Motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- Data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente ou em que os serviços foram prestados.

Os clientes da Barquiconta, Lda. são empresários em nome individual e sociedades por quotas, sendo estas maioritariamente micro e pequenas empresas, geridas pelos proprietários, que apresentam por vezes, baixo nível de instrução e fracos conhecimentos em contabilidade e gestão.

²⁴ Redação do Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de agosto, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2013.

²⁵ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro.

Assim, aquando da seleção dos documentos por eles encaminhados acontece frequentemente os documentos de contas particulares, por exemplo a conta da *internet* da casa de habitação, a fatura do material escolar dos filhos, entre outros, virem juntos com os documentos da empresa para processamento contabilístico.

Após o referido, compreende-se então que é necessário uma cuidadosa seleção e divisão dos documentos rececionados dos clientes. Neste processo de seleção são separados os documentos contabilísticos dos não contabilísticos e destes seleciona-se ainda aqueles que serão necessários para o preenchimento das declarações de IRS, não só dos empresários em nome individual, mas também dos gerentes das sociedades, como é o caso das faturas da farmácia e do material escolar dos filhos.

5.2.2. Arquivo

Após o processo de seleção, os documentos que não são contabilísticos, nem servem para posterior preenchimento da declaração de IRS são guardados para mais tarde serem entregues ao cliente. Já os documentos que são necessários para o preenchimento do IRS são arquivados dentro de uma capa plástica no dossiê do empresário em nome individual ou da sociedade a que o gerente pertence.

Os documentos contabilísticos são arquivados, o que é fundamental por uma questão de organização, pois a qualquer momento pode haver a necessidade de serem consultados, mas também porque, no que se refere às obrigações contabilísticas dos empresários em nome individual e das empresas, refere o n.º 2 do artigo 118º do CIRS que “*os sujeitos passivos são obrigados a arquivar os livros da sua escrituração e os documentos com ela relacionados, devendo conservá-los em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes*”. A este respeito refere o n.º 4²⁶ do artigo 123º do CIRC que “*...os livros, registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte devem ser conservados em boa ordem durante o prazo de 12 anos*”. Ainda a este respeito refere o n.º 1 do artigo 52º do CIVA que “*Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte, incluindo, quando a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à*

²⁶ Redação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que republicou o CIRC.

análise, programação e execução dos tratamentos.” Na Barquiconta, Lda. para cada cliente são criados dois dossiês:

- **Dossiê dos documentos oficiais** – onde se arquiva os documentos não contabilísticos, que fazem parte da constituição ou da atividade da empresa. Fazem assim parte deste dossiê documentos como o pacto social, os documentos de início de atividade, os contractos de trabalho, o número de contribuinte da firma, os elementos de identificação dos sócios, assim como a legislação aplicada ao setor, entre outros.
- **Dossiê contabilístico** – onde são arquivados todos os documentos contabilísticos, que posteriormente serão classificados e lançados. Este dossiê encontra-se subdividido em vários diários, estando cada diário subdividido pelos diferentes meses do ano, encontrando-se no cimo de cada diário o mês mais recente, ficando no topo do dossiê os extratos do banco. Na subdivisão pelos meses do ano, os documentos são organizados de acordo com o dia do mês, ficando no cimo os mais recentes.

Em suma, no dossiê contabilístico os documentos são organizados inicialmente, de acordo com a sua natureza, por diários, dentro destes por meses do anos e por fim dentro destes, de acordo com o dia do mês. Segundo Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010) a criação dos diários depende das características e necessidades de cada entidade, bem como da sua dimensão e organização contabilística, assim, por norma, na Barquiconta, Lda. trabalha-se essencialmente com quatro diários, sendo eles:

- **Caixa** – onde se coloca os documentos que pressupõem um pagamento ou um pronto pagamento, mas também uma entrada ou saída de dinheiro em caixa, documentos como faturas simplificadas, faturas-recibo, recibos, comprovativos de depósito ou de levantamentos. No entanto, não são considerados neste diário documentos que, apesar de serem a pronto pagamento estejam relacionados com contas de gastos, sendo então considerados nas operações diversas.

- **Compras** – colocando-se aqui os documentos relativos a compras (nacionais e intracomunitárias) efetuadas a crédito diretamente relacionadas com a atividade, como faturas de matérias-primas e mercadorias, notas de crédito e débito.
- **Operações diversas** – neste diário colocam-se todos os documentos que não são arquivados nos diários anteriores, nem no de vendas, entre os quais as faturas referentes a gastos em combustível, refeições, telefone, *internet*, água, luz, pagamento de impostos e contribuições, processamento e pagamento de salários.
- **Vendas** – os documentos arquivados neste diário, são todos aqueles que estão ligados às vendas tanto nacionais como intracomunitárias, como faturas, faturas simplificadas, faturas-recibo, notas de crédito e débito.

5.2.3. Classificação

Após o processo de organização e arquivo dos documentos, segue-se o da classificação dos mesmos. Para tal é necessário ter presente o SNC, nomeadamente, entre outros, os elementos dele constantes como o Código de Contas²⁷ e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)²⁸, visto que a generalidade dos clientes da Barquiconta, Lda. não ultrapassam dois dos três limites seguintes:

- Total de balanço: 1 500 000 €;
- Total de vendas líquidas e outros rendimentos: 3 000 000 €;
- Número médio de trabalhadores durante o exercício: 50.

Limites estes que se encontram previstos no n.º 1 do artigo 9º no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto. Nas matérias não abrangidas pela NCRF-PE e apenas nessas deve recorrer-se supletivamente e pela ordem indicada às:

²⁷ Constante da Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro.

²⁸ Acolhida pelo Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro.

- Normas Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF)²⁹ e Normas Interpretativas (NI)³⁰;
- Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)³¹;
- International Accounting Standard (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)³² e respetivas interpretações do Standing Interpretations Committee (SIC)/ International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

No processo de classificação dos documentos contabilísticos é ainda essencial conhecer a atividade económica desenvolvida, assim como o regime de IVA em que se insere a entidade, isto porque, o que para uma entidade é mercadoria, para outra pode ser matéria-prima e ainda porque a entidade, dependendo da atividade que desenvolve pode ser isenta ou não de IVA.

A classificação de documentos é feita no próprio documento normalmente a lápis, mas sempre que o documento não o permita devido à sua reduzida dimensão, como é o caso do recibo das portagens, por exemplo, o documento é agraphado a um verbete, isto é, a uma pequena folha de diário criada pela Barquiconta, Lda. onde são então inscritos os códigos das contas a movimentar, bem como os respetivos valores quer a crédito quer a débito, tendo sempre o cuidado de verificar se no final do movimento contabilístico, a soma dos créditos é igual à soma dos débitos.

5.2.4. Lançamento

A fase seguinte à da classificação é a do lançamento dos documentos contabilísticos, ou por uma questão de economia de tempo e para quem é experiente e prefere, pode ser feita em simultâneo com a fase de classificação. A fase do lançamento consiste em, informatizar o movimento contabilístico que se inscreve nos documentos aquando da sua classificação, ao qual é atribuído um número, que é inscrito no documento a que corresponde o referido lançamento.

²⁹ Constante do Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

³⁰ Acolhidas pelo Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro.

³¹ Adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

³² Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, criado a 1 de abril de 2001.

A Barquiconta, Lda. utiliza o programa FiloSoft, com os módulos “SNC 32”, “Gimo 32” e “Sigep 32” que permitem respetivamente proceder à contabilização, ao cálculo das depreciações e amortizações, assim como efetuar o processamento de salários.

Para iniciar a contabilização entra-se no módulo “SNC 32” e escolhe-se o cliente onde se pretende registar os lançamentos, seguidamente clica-se no menu “Lançamentos” e aparece então no ecrã a Figura 2 abaixo apresentada.

Figura 2 – Lançamentos Contabilísticos

The screenshot shows the SNC 32 software interface. At the top, there's a menu bar with options like 'Ficheiros', 'Movimentos', 'Tabelas', 'Consultas', 'Listagens', 'Mapas', 'Utilitários', and 'Ajuda'. Below the menu is a toolbar with icons for 'Empresas', 'Lançamentos', 'Plano', 'I.V.A.', 'Bal.Razão', 'Bal.Anal...', 'Extratos...', and 'Janelas'. The main window has a header section with 'Data: 30-06-2014', 'Mês: 6 Junho 2014', and 'Diário: 04 Compras Normal'. To the right, a small table shows 'Débito', 'Crédito', and 'Saldo' for 'Diário', 'Documento', and 'Análisis'. The central area is divided into 'Lista de Documentos (60)' and 'Movimentos do Documento (3)'. The 'Lista de Documentos' shows a list of documents with columns for 'Doc.Int.', 'Data Doc.', and 'Descrição Doc.'. The 'Movimentos do Documento' shows a detailed entry for 'Ferrotroncamento C.I.F.P.T. Lda' with a value of 25,60. At the bottom, there are buttons for 'Novo INS', 'Editar F4', 'Apaga DEL', 'Por Gáldar', 'Listagem', and 'Modo: Navegar'. The status bar at the very bottom shows 'SNC 32 v7.1.11', 'M713', 'CAPS NUM: 215', and 'LOCAL sessão: 1 utilizador: Barquiconta'.

Fonte: “SNC 32” – Diário de compras - Fatura

Através da observação da Figura 2 acima apresentada verifica-se que no canto superior esquerdo é escolhido o mês e o número do diário a que aquele grupo de documentos pertence, correspondendo:

- Diário 1: Diversos;
- Diário 2: Caixa;
- Diário 3: Vendas;
- Diário 4: Compras.

O próximo passo é inserir, respetivamente, o número do lançamento, que vem de forma sequencial dentro de cada diário, a data do documento a ser lançado e em seguida o nome (v/fatura, n/fatura v/recibo, n/recibo, v/fatura simplificada n/fatura simplificada, v/fatura-

recibo, n/fatura-recibo, entre outros) e número do documento, conforme se consegue constatar através da observação da Figura 2.

O passo seguinte é então efetuar o lançamento em concreto, insere-se a conta ou contas a debitar e a creditar e digita-se o montante pelo qual se credita e debita cada uma das contas. Deve-se confirmar se o somatório dos débitos coincide com o somatório dos créditos, no entanto o programa não deixa que se guarde o movimento se esta condição não se verificar.

Após o lançamento no programa, do documento contabilístico, inscreve-se no mesmo, o número do lançamento a que corresponde, sendo que os dois primeiros dígitos correspondem ao mês e os restantes ao número do lançamento, por exemplo, o lançamento evidenciado na Figura 2 com o número 060059, corresponde ao mês de junho e ao 59º documento desse mês.

No que respeita às vendas, importa referir que estas, na generalidade, não são lançadas uma a uma, isto porque são incorporadas no programa contabilístico, através da integração automática das vendas a partir do ficheiro Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese Version (SAFT-PT)³³.

5.3. Práticas de controlo interno

As práticas de controlo interno compreendem todos os procedimentos diretamente relacionados com a fidedignidade dos registos contabilísticos e guarda do património. O objetivo destas práticas de controlo interno é detetar e corrigir atempadamente possíveis erros, permitindo elaborar demonstrações financeiras periódicas e fazer um controlo contabilístico constante dos ativos da empresa.

Estas práticas, na Barquiconta, Lda., consistem em verificar, aquando do arquivo dos documentos, se falta alguma fatura, fatura simplificada, fatura-recibo ou recibo através da sua numeração sequencial, mas também em fazer uma *check-list* das faturas que vêm com alguma periodicidade, como é o caso das faturas da água, eletricidade, *internet* e telefone,

³³ Ficheiro Normalizado de Exportação de Dados, criado pela Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, com o objetivo de permitir uma exportação fácil, de registos contabilísticos, num formato legível e comum, independentemente do programa utilizado.

entre outras, conseguindo-se assim perceber se a fatura de determinado mês chegou ao gabinete. As práticas de controlo interno passam ainda por fazer a tradicional conferência/retificação dos lançamentos efetuados nas contas correntes de clientes e fornecedores, bem como reconciliações bancárias.

As contas correntes de clientes e fornecedores devem ser acompanhadas com regularidade, pois tratam-se de dívidas quer da empresa para com fornecedores, quer de clientes para com a empresa. Se o cumprimento das obrigações para com fornecedores é essencial para manter uma boa relação comercial, o cumprimento das obrigações pelos clientes também o é, pois tal influencia em grande parte a tesouraria da empresa.

Assim é importante fazer um controlo permanente das faturas pagas/recebidas e das não pagas/recebidas, retirando-se para tal, do programa contabilístico, um extrato de conta corrente e conferem-se uma a uma as faturas e o respetivo recibo/comprovativo de pagamento, assim no final, a soma das faturas por pagar/receber terá de ser igual ao saldo credor/devedor da conta de fornecedores/clientes. Avisar-se-á então o cliente das faturas com pagamentos/recebimentos em falta, ou caso já tenham sido efetuados os referidos pagamentos/recebimentos requerem-se ao cliente os respetivos recibos/comprovativos de pagamento para que se possa proceder à sua contabilização.

No que concerne à conferência dos movimentos efetuados nos bancos, esta é essencial porque cada vez mais os bancos fazem parte das vidas das empresas, não só como forma de financiamento, mas também porque atualmente a legislação fiscal, nomeadamente o artigo 63º-C da Lei Geral Tributária (LGT)³⁴ estabelece a obrigatoriedade de movimentação de uma conta bancária através da qual devem ser feitos, exclusivamente, os pagamentos e recebimentos respeitantes à atividade empresarial.

Em resultado desta relação entre a empresa e o banco ocorrem desfasamentos, pois o momento em que as operações são registadas na entidade, por vezes, não coincide com aquele em que são registadas pela empresa, sendo umas vezes registadas primeiro no banco e depois na empresa ou vice-versa. Este desfasamento pode também ocorrer ocasionalmente devido a duplicação ou omissão de lançamentos.

³⁴ Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro.

Tendo em vista corrigir estes desfasamentos, são feitas reconciliações bancárias, que consistem em confrontar as quantias registadas, em cada uma das contas bancárias da empresa, através do extrato de conta do banco, com o correspondente extrato bancário e identificar, bem como explicar as diferenças encontradas. Um crédito na empresa corresponde a um débito no banco e vice-versa.

Após apurados os totais de débitos e créditos contabilizados pela empresa e não pelo banco e os totais de débitos e créditos considerados pelo banco e não pela empresa, encontram-se satisfeitas as necessidades para que se possa através do saldo do extrato de conta do banco chegar ao saldo do extrato bancário, para isso basta ao saldo do extrato de conta do banco somar os créditos e diminuir os débitos. Pode ainda optar-se por partir do saldo do extrato bancário e alcançar o saldo do extrato de conta do banco, para isso basta ao saldo do extrato bancário diminuir os créditos e somar os débitos.

Para uma melhor compreensão do que foi descrito anteriormente apresenta-se a Figura 3 abaixo indicada.

Figura 3 – Esquemas da passagem do saldo do extrato de conta do banco para o saldo do extrato bancário e vice-versa

Extrato conta banco → Extrato bancário		Extrato bancário → Extrato conta banco	
	Saldo extrato de conta do banco		Saldo do extrato bancário
+	Créditos no extrato de conta do banco	-	Créditos no extrato de conta do banco
+	Créditos no extrato bancário	-	Créditos no extrato bancário
-	Débitos no extrato de conta do banco	+	Débitos no extrato de conta do banco
-	Débitos no extrato bancário	+	Débitos no extrato bancário
=	Saldo do extrato bancário	=	Saldo do extrato de conta do banco

Fonte: Elaboração própria

5.4. Obrigações fiscais

Uma entidade, no decorrer do seu ano contabilístico e fiscal, tem de cumprir uma série de obrigações não só mas também para com a Autoridade Tributária e Aduaneira, que têm prazos fixos e rígidos. Nestes prazos são entregues periodicamente declarações, procede-se ao pagamento de impostos, taxas e outros.

Em suma, uma entidade, no decorrer normal da sua atividade está sujeita ao cumprimento de uma agenda fiscal³⁵, sendo seguidamente descritas as principais obrigações fiscais conhecidas, bem como indicados os respetivos prazos estabelecidos para cumprimento das mesmas. Apesar de descritas as principais obrigações fiscais, o preenchimento da Declaração Anual/IES foi uma das tarefas efetivamente realizadas, tendo descrito todas as outras obrigações fiscais na medida em que houve contacto com elas e sem o conhecimento das quais não seria possível proceder a uma correta contabilização.

5.4.1. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Uma entidade, como se referiu anteriormente, no decorrer da sua atividade económica tem de cumprir uma série de obrigações não só mas também para com a Autoridade Tributária. Estas obrigações podem ter um carácter periódico, mensal/trimestral/anual, ou não periódico.

As obrigações não periódicas previstas pelo CIVA relacionam-se com o início, alteração e cessação da atividade, respeitando a primeira à constituição da entidade e está prevista no artigo 31º do CIVA, a segunda encontra-se prevista no artigo 32º do CIVA e corresponde às alterações na primeira, devendo ser entregue sempre que tal ocorra, e a terceira tem como fim dar a conhecer a extinção ou dissolução da entidade e está contemplada no artigo do 33º e 34º do CIVA. Já as obrigações periódicas relacionam-se com a entrega das declarações de IVA que pode ser mensal ou trimestral como se verá mais à frente.

O IVA é um imposto indireto pois incide sobre o consumo de bens e serviços e não sobre o rendimento. Trata-se de um imposto plurifásico, porque é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista.

Sempre que uma entidade vende bens ou presta um serviço cobra IVA, mas quando compra um bem ou contrata um serviço também suporta IVA, tendo posteriormente de entregar ao Estado a diferença entre o imposto cobrado e pago, apesar de quem suportar verdadeiramente o imposto ser o consumidor final.

³⁵ Disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/calendario_fiscal/, in Portal da Finanças, acedido em 23 de setembro de 2014.

Nos termos do n.º 1 do artigo 1º do CIVA, estão sujeitas a este imposto, as seguintes operações:

- Transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas no território nacional;
- Importações de bens;
- Operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)³⁶.

Genericamente e de acordo com o disposto na alínea a)³⁷ do n.º 1 do artigo 2º do CIVA, são sujeitos passivos, isto é, estão obrigados a pagar IVA, as pessoas singulares ou coletivas que, exerçam habitualmente uma atividade de produção, comércio ou prestação de serviços, assim como as que efetuem uma das operação acima indicadas, desde que relacionadas com uma das referidas atividades, onde quer que ocorram.

5.4.1.1. Isenções

Anteriormente referiu-se as operações que estão sujeitas a IVA, no entanto situações existem, em que as referidas operações estão isentas. Assim, seguidamente explicar-se-á de forma sucinta o motivo de tais isenções em cada uma das operações.

Nas **operações internas** a isenção resulta da atividade económica desenvolvida pelos sujeitos passivos que as prestam. Assim, as operações efetuadas em Portugal, entenda-se continente e ilhas, que estão isentas são as constantes do artigo 9º do CIVA, nos termos e condições do artigos 10º, 11º 12º do CIVA, estando entre outras isentas:

- As prestações de serviços médicos e as operações com ela relacionada efetuadas por clínicas, hospitais e similares;
- As operações de seguro e resseguro, assim como as com ela relacionadas efetuadas pelos corretores e intermediários de seguro.

A este respeito importa ainda referir que, estão ainda isentos os sujeitos passivo que se enquadrem nos termos do artigo 53º do CIVA.

³⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 290/92, de 28 de dezembro

³⁷ Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010.

A isenção **nas importações** encontra-se prevista no artigo 13º do CIVA. Já no que respeita à isenção **nas exportações** a regra é, todas as transmissões serem isentas de IVA, conforme disposto no artigo 14º do mesmo código, salvo alguns casos específicos, como é exemplo as transmissões de bens destinados ao equipamento ou abastecimento de barcos desportivos e de recreio, ou de aviões de turismo ou de qualquer outro meio de transporte de uso privado.

5.4.1.2. *Valor Tributável*

O valor tributável corresponde genericamente ao valor sobre o qual incide a taxa de imposto, sendo seguidamente visto como deve ser calculado.

Nos termos do n.º 1 e 5 do artigo 16º do CIVA, nas **operações internas** o imposto deve ser calculado, em geral, sobre o valor das transmissões de bens e prestações de serviços, isto é, sobre o valor pago ou a pagar pelo adquirente, destinatário ou terceiro, incluindo, nos casos em que se aplique, entre outros:

- Os impostos, direitos, taxas e outras imposições, exceto o próprio IVA e as despesas acessórias debitadas, designadamente comissões;
- Embalagens, transportes e seguros da conta do adquirente.

Na determinação do valor tributável deduz-se, nos termos do n.º 6 do artigo 16º do CIVA, entre outros os descontos, abatimentos e bónus concedidos, assim como as quantias relativas a embalagens, desde que não efetivamente transacionadas e da fatura conste “... *foi acordada a sua devolução*” (b) do n.º 5 do artigo 36º do CIVA). As condicionantes para encontrar o valor tributável nas transações internas, encontra-se previstas ao longo do artigo 16º do CIVA.

O cálculo do valor tributável **nas importações** está contemplado ao longo do artigo 17º do CIVA, incidindo o imposto sobre o valor dos bens importados, que corresponderá ao valor aduaneiro, acrescido se não considerado:

- Os direitos aduaneiros, outros impostos, encargos e taxas devidos na importação, com a exceção do próprio IVA;

- As despesas acessórias como embalagens, transportes, seguros e outros encargos suportados até ao primeiro local do destino dos bens.

Para determinar o valor tributável dos bens importados serão ainda excluídos os descontos de pronto pagamento e os que figurem separadamente na fatura.

5.4.1.3. *Taxas*

Nos termos do artigo 18º do CIVA as taxas de IVA em vigor em Portugal Continental para as importações, transmissões de bens e prestações de serviços são as indicadas na Figura 4 abaixo apresentada, no entanto a Região Autónoma da Madeira e dos Açores apresentam taxas diferentes.

Figura 4 – Taxas de IVA aplicadas em Portugal Continental

	Taxas	Descrição	Taxa aplicada aos bens constantes
Portugal	6%	Taxa reduzida	Lista I dos anexos ao CIVA
	13%	Taxa intermédia	Lista II dos anexos ao CIVA
	23%	Taxa normal	Restantes

Fonte: Elaboração própria, com base no artigo 18º do CIVA

5.4.1.4. *Regimes de Tributação*

O CIVA prevê a existência de três regimes de tributação nos quais as empresas se podem enquadrar, sendo eles os seguidamente apresentados.

Nos termos do artigo 53º ao 59º do CIVA, o **regime de isenção**, referido anteriormente, engloba genericamente os sujeitos passivos que não tenham, nem sejam obrigados a ter contabilidade organizada, nem realizem operações de importação, exportação ou outras relacionadas e não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios de 10 000 €, ou ainda que superior a este, não ultrapasse 12 500 €, que se tributados se enquadrassem no regime de pequenos retalhistas.

O **regime dos pequenos retalhistas** encontra-se previsto do artigo 60º ao 68º do CIVA, enquadrando-se neste regime as pessoas singulares, que não tenham, nem sejam obrigados

a ter contabilidade organizada e não tenham no ano civil anterior, um volume de compras superior a 50 000 €.

Por último o **regime geral** de tributação integra todos os sujeitos passivos que não se incluam nos regimes anteriores, podendo este subdividir-se em mensal, se o volume de negócios, no ano civil anterior, for superior ou igual a 650 000 € e em trimestral, se inferior a 650 000 €.

Na sua generalidade os clientes da Barquiconta, Lda. enquadram-se no regime geral de tributação, sendo que, a sua maioria está abrangida pelo regime trimestral, existindo clientes com regime mensal e ainda outros abrangidos pelo regime de isenção.

5.4.1.5. Entrega da declaração periódica

A entrega da declaração periódica de IVA é obrigatória, exceto para os sujeitos passivos que se encontrem abrangidos pelo regime de isenção, estando assim, conforme referido anteriormente, abrangidas por este regime as atividades descritas no artigo 9º do CIVA, nos termos e condições do artigo do 10º ao 15º do mesmo código, bem como os sujeitos passivos que se enquadrem no referido artigo 53º do CIVA, nos termos e condições do artigo 54º ao 59º do referido código.

Nos termos do artigo 41º do CIVA a entrega da declaração periódica deve ser feita por transmissão eletrónica de dados, devendo para tal recorrer-se à *internet* através da página da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI)³⁸, aceder às declarações eletrónicas, efetuar o seu preenchimento e respetiva entrega.

Os prazos de entrega desta declaração dependem do regime em que os sujeitos passivos se encontrem, assim aqueles que estejam no **regime mensal** têm de entregar a referida declaração mensalmente até ao dia 10 do segundo mês seguinte àquele a que respeitam as operações, os que se encontrem no **regime trimestral** têm de a entregar trimestralmente até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao trimestre a que respeitam as operações.

³⁸ www.dgci.min-financas.pt

Após o envio da referida declaração é impresso o comprovativo e guia de pagamento idêntica à apresentada no Anexo 4, sendo o pagamento efetuado nos termos do artigo 27º e 28º do CIVA, por transferência bancária ou cheque.

Quando as entidades realizem operações intracomunitárias é necessário ainda apresentar uma declaração recapitulativa que deve ser enviada, nos termos do artigo 30º do RITI, por transmissão eletrónica de dados, dependendo do regime em que os sujeitos passivos se encontrem. Assim a referida declaração terá de ser entregue por aqueles que estejam no **regime mensal** até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que respeitam as operações, e por aqueles que se encontrem no **regime trimestral** até ao dia 20 do mês seguinte ao final do trimestre civil a que respeitam as operações.

5.4.2. Declaração Anual/ IES

O n.º 1 e 2 do artigo 121º do CIRC e o n.º 1 e 2 do artigo 113º do CIRS fazem referência à entrega de uma Declaração Anual de informação contabilística e fiscal, pelos respetivos sujeitos passivos de IRC e IRS, quando estes tenham ou estejam obrigados a ter contabilidade organizada ou ainda obrigados apresentar qualquer dos anexos que dela fazem parte integrante. Tal declaração corresponde atualmente à IES e deve ser enviada, por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 15 de julho, independentemente de esse dia ser útil ou não.

A IES foi criada pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro e consiste na prestação, por via eletrónica, de informação de natureza fiscal, contabilística e estatística respeitante ao cumprimento das obrigações legais, através de uma declaração única, que é entregue através do preenchimento de formulários únicos, aprovados pela Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas por outras quatro Portarias³⁹.

A estes formulários é dado o nome de Anexos que integram a IES, sendo habitualmente preenchida, dadas as características dos clientes da Barquiconta, Lda., a folha de rosto, que contem informação genérica da entidade, o Anexo A - IRC, que deve ser apresentado por entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou

³⁹ Portaria n.º 8/2008, de 03 de janeiro, Portaria n.º 64-A/2011, de 3 de fevereiro e Portaria n.º 26/2012, de 27 de janeiro.

agrícola e entidades não residentes com estabelecimento estável e inclui o balanço, a demonstração de resultados e os anexos, o Anexo L – IVA, que se refere aos elementos contabilísticos e fiscais, o Anexo Q – Imposto Selo, que deve ser apresentado quando tenha havido a liquidação deste imposto e que se refere aos elementos contabilísticos e fiscais e o Anexo R – Informação Estatística.

A este respeito é apresentada na Figura 5, o quadro relativo à demonstração de resultados por natureza do Anexo A da IES.

Figura 5 – IES – Anexo A – quadro relativo à demonstração de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODOS	
		N	N-1
		(1)	(2)
Vendas e serviços prestados	(N, S, M) A5001	286.275,87 €	€
Subsídios à exploração	(N, S, M) A5002	€	€
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(N, S) A5003	€	€
Variação nos inventários da produção	(N, S, M) A5004	€	€
Trabalhos para a própria entidade	(N, S, M) A5005	€	€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(N, S, M) A5006	164.096,05 €	€
Fornecimentos e serviços externos	(N, S, M) A5007	39.672,42 €	€
Gastos com o pessoal	(N, S, M) A5008	72.828,47 €	€
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(N, S) A5009	€	€
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(N, S) A5010	€	€
Provisões (aumentos/reduções)	(N, S, M) A5011	€	€
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(N, S) A5012	€	€
Outras imparidades (perdas/reversões) / Imparidades (perdas/reversões)	(N, S, M) A5013	€	€

Fonte: Aplicação informática da IES, disponível no *site* das Finanças, em *downloads*

Para algumas entidades foram ainda preenchidos os Anexos O e P, que se referem, respetivamente ao Mapa Recapitulativo de Clientes e Fornecedores, que tem de ser entregue quando o total das operações internas realizadas, no ano anterior, com cada um dos clientes e fornecedores for superior a 25.000 €, conforme previsto na alínea e) e f) do n.º 1 do artigo 29º do CIVA e no n.º 1 do artigo 127º do CIRC.

Como se referiu anteriormente a entrega da IES é feita via *internet*, sendo validada e submetida pelo TOC no *site* das Finanças, procedendo-se seguidamente à impressão do comprovativo de envio, da informação disponibilizada, e do documento de pagamento,

pagamento este que deve ser efetuado nos 5 dias posteriores à data de envio para que a declaração seja então reconhecida⁴⁰.

5.4.3. Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)

Uma entidade, como se referiu anteriormente, no decorrer da sua atividade é obrigada a cumprir uma série de obrigações não só mas também para com a Autoridade Tributária. Tais obrigações podem ter um carácter periódico, mensal/trimestral/anual, ou não periódico.

As obrigações não periódicas previstas pelo CIRC são as mesmas que estão prevista no CIVA, relacionando-se como foi referido anteriormente com o início, alteração e cessação da atividade e estão previstas do artigo 117º ao 119º do CIRC. Já a obrigação periódica prende-se com a entrega anual da declaração de IRC.

O IRC é um imposto periódico que não incide sobre a despesa ou o património, mas sobre o rendimento, nomeadamente sobre o rendimento das empresas. No final de cada exercício económico são apurados os proveitos e custos. Da diferença entre estes resulta o lucro contabilístico da entidade que irá ser alvo de tributação. Contudo não é sobre o lucro contabilístico que é aplicada a taxa de IRC, mas sim sobre o lucro fiscal, que é apurado na Modelo 22, onde se acresce e deduz à matéria coletável proveitos e custos que fiscalmente serão ou não aceites.

5.4.3.1. Modelo 22 de IRC

Como se referiu anteriormente a maioria dos clientes da Barquiconta, Lda. são empresas, sendo então nos termos dos artigos 1º e 2º do CIRC sujeitos passivos de IRC, encontrando-se assim obrigados a fazer o apuramento deste imposto e a enviar a Modelo 22, isto é, a declaração periódica de rendimentos, por transmissão eletrónica de dados até dia 31 de maio do ano seguinte àquele a que a informação diz respeito, independentemente de esse dia ser útil ou não.

⁴⁰ Os referidos procedimentos de envio da IES encontram-se descritos no artigo 4º da Portaria n.º 499/2007, de 30 de abril.

No final do exercício económico é feito o encerramento das contas e apurado o Resultado Líquido do Exercício (RLE) das empresas, sendo este o primeiro passo para a determinação do valor do Lucro Tributável que está prevista no artigo 17º do CIRC.

A Figura 6 mostra a aplicação informática da Modelo 22 disponibilizada no *site* das Finanças, onde é feito o preenchimento da mesma, sendo a sua entrega, como se referiu anteriormente feita pela *internet*, no portal das Finanças onde é validada e submetida, sendo posteriormente impresso um comprovativo de envio e mais tarde o comprovativo com a declaração preenchida.

Figura 6 – Modelo 22 – Folha de Rosto – Q07 – Apuramento do Lucro Tributável

© 2014 AT (v1.0.10)

Fonte: Aplicação informática da Modelo 22, disponível no *site* das Finanças, em *downloads*

5.4.3.2. Pagamento Por Conta (PPC)

O Pagamento Por Conta de IRC é essencialmente um adiantamento sobre o imposto que será devido no final do ano, estando previsto no artigo 104º do CIRC os requisitos que determinam quando e quem deverá ou não proceder ao pagamento, em que situações há lugar ao reembolso do imposto, entre outras formalidades.

Assim, nos termos do n.º 1 do referido artigo, estão obrigados a efetuar pagamentos por conta as entidades que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, bem como os não residentes com estabelecimento estável em

Portugal. Este pagamento deve ser efetuado sempre que o imposto do exercício de referência para o respetivo cálculo, isto é, do exercício económico imediatamente anterior àquele em que deve efetuar os pagamentos por conta, for igual ou superior a 200 €, conforme disposto no n.º 4 do referido artigo.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, o valor destes pagamentos é obtido com base no imposto do ano anterior e dividido em três prestações com vencimento a 31 de julho, a 30 de setembro e a 15 de dezembro do próprio ano a que respeita o lucro tributável, caso se considere o ano civil como período de tributação. Em maio do ano seguinte aquando da elaboração e entrega da referida Modelo 22 do IRC são considerados estes pagamentos, havendo lugar a um reembolso se estes forem superiores ao imposto apurado, ou a um pagamento da diferença caso ocorra o inverso.

O valor dos pagamentos por conta é obtido pela aplicação de uma taxa ao valor da coleta deduzido das retenções na fonte não suscetíveis de compensação ou reembolso, do ano anterior, sendo então o valor obtido dividido por três e arredondado por excesso. A taxa referida será de 80% se o volume de negócios do ano anterior for igual ou inferior a 500 000 € ou de 95% se superior, conforme disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 105º do CIRC.

No Anexo 5 é apresentado um exemplar do documento de cobrança do Pagamento Por Conta, que chega ao gabinete para contabilização.

5.4.3.3. *Pagamento Especial Por Conta (PEC)*

O Pagamento Especial Por Conta de IRC é também um pagamento antecipado do imposto, estando sujeitas a este pagamento, nos termos do n.º 1 do artigo 106º do CIRC, as mesmas entidades que estão obrigadas ao Pagamento Por Conta, exceto as que se encontram abrangidas pelo regime simplificado previsto no artigo 58º do referido código. Este pagamento especial deverá ser efetuado no mês de março ou em duas prestações iguais, arredondadas por excesso, uma em março e outra em outubro.

Nos termos do n.º 2, 3 e 4 do artigo 106º do CIRC, o montante do Pagamento Especial Por Conta corresponde a 1% do volume de negócios, entenda-se vendas e prestações de serviços, relativo ao exercício anterior, com o limite mínimo de 1 000 €, e, quando

superior, corresponde a este limite acrescido de 20% da parte excedente, com o limite máximo de 70 000 €. Ao montante apurado deduzem-se os pagamentos por conta efetuados no exercício anterior. No Anexo 6 é apresentado um exemplar do documento de cobrança do Pagamento Especial Por Conta, que chega ao gabinete para contabilização.

5.4.4. Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)

O IRS é um imposto que tributa o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares, quer sejam obtidos em dinheiro ou em espécie, podendo tratar-se de rendimentos de trabalho dependente, empresariais e profissionais, capitais, prediais, incrementos patrimoniais, ou de pensões, que pertencem respetivamente, às Categorias A, B, E, F, G e H.

5.4.4.1. Retenção na Fonte

Nos termos do n.º 1 do artigo 98º do CIRS, qualquer das Categorias acima referidas estão sujeitas a retenção na fonte de IRS, devendo a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte deduzir o valor correspondente à aplicação das taxas previstas nos artigos 99º a 101º do CIRS e restante legislação conexas, no ato do pagamento, do vencimento ou da colocação à disposição dos bens ou serviços dos respetivos titulares, consoante os casos. As retenções efetuadas devem, nos termos do n.º 3 do artigo 98º do CIRS, ser entregues até ao dia 20 do mês seguinte àquele em que foram feitas, nos termos e condições dos artigos 105º e 106º do mesmo código.

As taxas aplicadas às várias Categorias são diferentes e encontram-se em constante atualização, assim as taxas a aplicar para a Categoria A e H estão previstas no Despacho n.º 706-A/2014 e dependem do estado civil, do número de filhos, do facto de ser portador ou não de uma deficiência e de esta deficiência estar ou não associada às Forças Armadas. Às restantes Categorias são aplicadas as taxas constantes do artigo 101º do CIRS.

Ainda a este respeito vem o n.º 1 artigo 94º do CIRC referir que, o IRC é objeto de retenção na fonte, nos termos e condições aí previstos, aplicando-se para o efeito as taxas constantes no n.º 4 do referido artigo, tendo esta retenção de ser entregue, no mesmo prazo que está previsto pelo CIRS, conforme disposto no n.º 6 do artigo 94º do CIRC. Os clientes da Barquiconta, Lda., habitualmente apresentam retenções na fonte provenientes dos

vencimentos dos funcionários, da contratação de profissionais e independentes e das rendas pagas mensalmente.

5.4.4.2. Modelo 3

Como se referiu anteriormente os documentos necessários ao preenchimento da declaração de IRS, isto é, da Modelo 3, dos empresários em nome individual, são arquivados dentro de uma capa plástica no dossiê do respetivo cliente. É no período de março a maio, aquando do preenchimento e entrega da Modelo 3, que esta documentação relativa às despesas de saúde, educação, empréstimos, seguros e outras são tidas em conta, isto é, deduzidas nos termos e condições do CIRS, aos rendimentos obtidos no decorrer do ano anterior.

A Modelo 3, encontra-se prevista no artigo 57º do CIRS e deve ser entregue nos prazos previsto no n.º 1 do artigo 60º do CIRS, podendo esta ser feita em papel ou por transmissão eletrónica de dados, tendo neste último caso de ser entregue no decorrer do mês de abril, quando os sujeitos passivos tenham recebido ou tenham sido colocados à sua disposição rendimentos das categorias A e H ou durante o mês de maio nas restantes situações.

A Figura 7 abaixo mostra o Anexo A, relativo ao rendimento de trabalho dependente e pensões, da aplicação informática utilizada para o preenchimento da Modelo 3.

Figura 7 – Modelo 3 – Anexo A – Rendimento de Trabalho Dependente e Pensões

Modelo 3 - IRS

Arquivo Editar Funções Ajuda

Novo Abrir Gravar Imprimir Validar Simular Submeter Facilitador Ajuda Ajuda por Temas

pesquisar

Impressos

- Novo Anexo
- Apagar Anexo
- Modelo 3 - IRS
 - Rosto
 - Anexo A
 - Anexo H

Anexo A - Rendimentos de Trabalho Dependente e Pensões

Quadro 2 Quadro 3 Quadro 4 Quadro 5

4A Rendimentos do Trabalho Dependente e/ou Pensões Obtidos em Território Português

Rendimentos / Retenções / Contribuições obrigatórias

Adicionar Linha Remover Linha

	NIF da Entidade...	Código dos Rend...	Titular	Rendimentos	Retenções	Contribuições	Retenção Sobret.	Data do contrato ...	Data do primeiro ...
1									
2									

Soma de Controlo

Rendimentos	Retenções	Contribuições	Retenção Sobretaxa
0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €

4B Quotizações Sindicais e Outras Deduções

Adicionar Linha Remover Linha

Código da Despesa	Titular	Valor
-------------------	---------	-------

Versão: 2.0.16 (2014-01-28)

Fonte: Aplicação informática da Modelo 3, disponível no *site* das Finanças, em *downloads*

5.4.4.3. Modelo 10

O artigo 119º do CIRS prevê a comunicação de rendimentos e retenções, comunicação esta que é feita a partir da Modelo 10 e destina-se a declarar os rendimentos sujeitos a imposto, auferidos por sujeitos passivos de IRS ou IRC residentes em Portugal, assim como as retenções na fonte por eles efetuadas.

Genericamente e de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 119º do CIRS esta modelo deve ser entregue até ao dia 10 do mês seguinte ao do pagamento ou da sua colocação à disposição, caso se trate de rendimentos do trabalho dependente, e anualmente até ao final do mês de fevereiro de cada ano, relativamente aos restantes rendimentos do ano anterior.

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 119º do mesmo código, quando ocorra um facto que altere os rendimentos já declarados ou que implique a obrigação de os declarar a Modelo 10 deve ser entregue nos 30 dias subsequentes à ocorrência dos mesmos. Sendo a entrega da mesma feita no portal das Finanças, no entanto antes disso terá de ser validada e só então submetida, imprimindo-se seguidamente o comprovativo de envio.

5.5. Obrigações não fiscais

Uma entidade, no decorrer do seu ano contabilístico e fiscal, tem de cumprir uma série de obrigações não só mas também para com a Autoridade Tributária e Aduaneira, conforme se referiu anteriormente. Assim, vistas que estão as obrigações fiscais falar-se-á agora das obrigações que não fiscais.

Seguidamente são descritas as principais obrigações não fiscais, bem como indicados os respetivos prazos estabelecidos para cumprimento das mesmas. Apesar de descritas as principais obrigações não fiscais, o preenchimento do relatório único foi uma das tarefas efetivamente realizadas, tendo descrito todas as outras obrigações não fiscais na medida em que houve contacto com elas e sem o conhecimento das quais não seria possível efetuar uma correta contabilização.

5.5.1. Contribuições para a Segurança Social

A Segurança Social, como o próprio nome indica reveste-se de um carácter social, tendo como objetivo proteger e apoiar os contribuintes em situações de necessidade, com subsídios e pensões, por exemplo, mas para tal necessita de se financiar, recorrendo entre outras formas aos descontos/contribuições obrigatórias. Estas contribuições para Segurança Social resultam dos montantes descontados pelas empresas e dos retidos por estas aos trabalhadores.

Tendo em vista a diminuição da precariedade laboral a Segurança Social promove incentivos, como a redução das taxas contributivas e a dispensa temporária do pagamento das contribuições, à contratação de indivíduos com determinadas características, como são exemplo os indivíduos portadores de deficiência, os reclusos em regime aberto, os jovens à procura do primeiro emprego ou os desempregados de longa duração.

Como se referiu anteriormente, a Segurança Social financia-se em grande parte através dos descontos/contribuições feitos pelos trabalhadores e empresas, existindo de acordo com o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (CRCSPSS)⁴¹ dois tipos de regimes contributivos, o regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e o regime dos trabalhadores independentes, sobre os quais será feita uma apresentação e indicação da forma de cálculo, bem como o processo envolvido até ao seu pagamento.

5.5.1.1. *Regime geral dos trabalhadores por conta de outrem*

Apesar de ser a empresa a efetuar a entrega do montante relativo à Segurança Social, este não é apenas um custo seu, uma parte deste foi retido ao salário do funcionário, logo é um custo deste.

As taxas mais frequentemente utilizadas, referentes ao pessoal e aos órgãos estatutários que exerçam funções de gerência ou administração são, de acordo com o n.º 2 dos artigos

⁴¹ Aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, cuja redação em vigor corresponde à versão de fevereiro de 2014, estando disponível em <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/270973/Redac%C3%A7%C3%A3o+em+vigor+do+C%C3%B3digo+Contributivo,+in+Seguran%C3%A7a+Social>, acedido em 25 de setembro de 2014.

53º e 69º do CRCSPSS, de 23,75% do salário líquido do trabalhador, suportado pela entidade patronal e 11% do salário líquido suportado pelo trabalhador, o que perfaz um total de 34,75%. Para os órgãos que não exerçam funções de gerência ou administração, a taxa suportada pela entidade patronal é de 20,30% do salário líquido e 9,30% suportado pelo referido órgão, o que perfaz um total a entregar à Segurança Social de 29,60% do salário líquido, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 69º do CRCSPSS.

Como se referiu anteriormente estas são as taxas mais utilizadas, no entanto para casos específicos estas taxas alteram-se, nomeadamente em situações em que se trate de trabalhadores no domicílio, praticantes desportivos profissionais, trabalhadores em regime de contrato de muito curta duração ou em pré-reforma, pensionistas de invalidez ou velhice, trabalhadores agrícolas, marítimos e de entidades sem fins lucrativos, entre outros.

As contribuições para a Segurança Social, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40º e no n.º 1 do artigo 41º do CRCSPSS, deverão ser declaradas até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito, através do preenchimento de uma declaração de remuneração, apresentada por transmissão eletrónica de dados, através do *site* da Segurança Social na *internet*, como é exemplo a constante no Anexo 7. Ao mesmo tempo é impressa a nota de acompanhamento com a qual se efetua o pagamento, conforme constante no Anexo 8. O pagamento das contribuições é mensal e efetuado do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que as contribuições respeitam, na Segurança Social ou por cheque, transferência bancária, conforme disposto no artigo 43º do referido código.

5.5.1.2. Regime dos trabalhadores independentes

Este regime abrange as pessoas singulares que exercendo uma atividade profissional, não têm contrato de trabalho. Em suma, são pessoas que trabalham por conta própria sem vínculo contratual a uma entidade empregadora.

A forma de cálculo das contribuições do regime dos trabalhadores independentes, é diferente da utilizada no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, ao contrário do que acontece neste regime, o dos trabalhadores independentes não está diretamente ligado ao montante do seu vencimento, sendo o cálculo das contribuições para a Segurança

Social feito com base nos escalões associados ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS)⁴², previstos no n.º 3 do artigo 163º do CRCSPSS.

A contribuição para a Segurança Social dos trabalhadores independentes resulta da multiplicação da taxa contributiva pelo valor do escalão a que o trabalhador pertence, de acordo com a remuneração por ele auferida, e é paga mensalmente até ao dia 20 do mês seguinte, àquele a que respeita, de acordo com o n.º 2 do artigo 155º do CRCSPSS.

Nos termos do artigo 168º do CRCSPSS, as taxas contributivas a utilizar no caso dos trabalhadores independentes, em geral, é de 29,60%, caso sejam empresários em nome individual e titulares de estabelecimento individual é de 34,75%, já a aplicada aos trabalhadores independentes que desempenhem atividades agrícolas e marítimas é de 28,30%, ficando a cargo das entidades contratantes 5%.

5.5.2. Fundos de compensação do trabalho

O regime jurídico dos fundos de compensação do trabalho, que abarca o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), encontra-se previsto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e pretende garantir aos trabalhadores cujo contrato de trabalho se inicie após 1 de outubro de 2013, o pagamento de 50% da compensação a que têm direito por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

Esta Lei não se aplica aos contratos de trabalho, celebrados com as entidades públicas, referidas no n.º 1 a 4 do artigo 3º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e aos de muito curta duração, previstos no artigo 142º do Código do Trabalho.

O pagamento destes 50% da compensação é efetuado quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito. No entanto, caso tenha sido pago um valor superior ou igual a 50% desta compensação, não poderá esta garantia ser acionada.

⁴² Substituiu a antiga Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG). O IAS é um indicador que é atualizado todos os anos, tendo em conta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Preços do Consumidor (IPC), fixando-se atualmente em 419,22 €, conforme disposto no artigo 113º alínea a) da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos geridos por um Conselho de Gestão e financiados pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais, que correspondem a uma percentagem da remuneração base e diuturnidades de cada trabalhador, sendo de 0,925% para o FCT e de 0,075% para o FGCT, conforme disposto no artigo 12º da referida Lei.

Este assunto foi abordado, na medida em que tive de proceder à contabilização destes fundos.

5.5.3. Relatório único

O relatório único resulta da criação, pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde (MTSSS), no âmbito do programa SIMPLEX, de uma obrigação única, para os empregadores abrangidos pelo Código do Trabalho e legislação específica dele decorrente, de prestarem anualmente informação sobre a atividade social das entidades, com o objetivo de desburocratizar e simplificar as obrigações dos empregadores prestarem informações sobre diversos aspetos laborais à administração do trabalho.

Este relatório tem o seu conteúdo e prazo de apresentação regulados na Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro e na Portaria n.º 108-A/2011, de 14 de março, sendo o Modelo de Relatório Único publicado, na primeira Portaria referida, constituído por seis anexos:

- O Anexo A refere-se ao quadro de pessoal;
- O Anexo B ao fluxo de entrada e/ou saída de trabalhadores;
- O Anexo C ao relatório anual de formação contínua;
- O Anexo D ao relatório anual das atividades do serviço de segurança e saúde;
- O Anexo E a greves;
- O Anexo F a informação sobre prestadores de serviços.

Existe ainda o Anexo 0 que agrega a informação da folha de rosto do relatório único, que contém informação genérica da entidade não estando relacionada especificamente com nenhum dos anexos referidos anteriormente.

O relatório único contém ainda informação sobre, a comunicação trimestral de celebrações e cessações de contratos de trabalho a termo, bem como a relação semestral dos

trabalhadores que prestaram trabalho suplementar e é entregue por meio informático⁴³ através de um formulário eletrónico durante o período de 16 de março a 15 de abril do ano seguinte àquele a que respeita, tendo para os dados referentes a 2013, decorrido de 16 de março a 17 de abril de 2014. A este respeito, mostra a Figura 8 abaixo apresentada, o momento em que são submetidos os vários anexos do relatório único.

Figura 8 – Entrega do relatório único

SISTEMA DE GESTÃO DE UNIDADES LOCAIS

Entidade: Utilizador: Sair

Ano de Referência: 2013 (clique para alterar o ano)

RU >> Estado entrega

Para verificar o estado de entrega de cada Anexo do Relatório Único, seleccione o comprovativo de resposta clicando no campo que se encontra por baixo de cada um deles.
Para obter o comprovativo de entrega do Relatório Único deve seleccionar a opção "Gerar Certificado Relatório Único".

Para facilitar a entrega do Relatório Único, a 1ª etapa deverá ser a Gestão e Validação da Estrutura Empresarial. Para o efeito, deverá aceder a este sistema.
O 2º passo será o preenchimento dos diferentes anexos do Relatório Único.

NIF Entidade
Nome Entidade
Situação

Dados da Estrutura Empresarial:

NIF	ID	Nome	Data de certificação	Anexo Zero	Anexo A	Anexo B	Anexo C	Anexo D	Anexo E	Anexo F	Responder ao RU
			2014-04-10 15:35	1	1	1	1	1/1	1	1	Responder ao RU Clique no ícon para descarregar a Aplicação de Recolha

Gerar Certificado Relatório Único Visualizar Certificado Relatório Único Visualizar Balanço Social

Fonte: Sistema de Gestão de Unidades Locais

No sentido de dar apoio às entidades que têm a obrigação de entregar este relatório o Ministério da Economia através do Gabinete de Estratégia e Estudo (GEE), disponibiliza no seu *site*⁴⁴ uma série de informação de apoio ao preenchimento e entrega do mesmo.

5.6. Operações de fim de exercício

As operações de fim de exercício correspondem aos registos contabilísticos que são efetuados tendo em vista o apuramento do resultado contabilístico e a elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados e os respetivos anexos às mesmas.

Seguidamente, são descritas as operações de fim de exercício, sendo que destas apenas procedi à organização e arquivo de documentos que integram o dossiê fiscal, tendo descrito

⁴³ Disponibilizado em <https://www.relatoriounico.pt/ru/login.seam>.

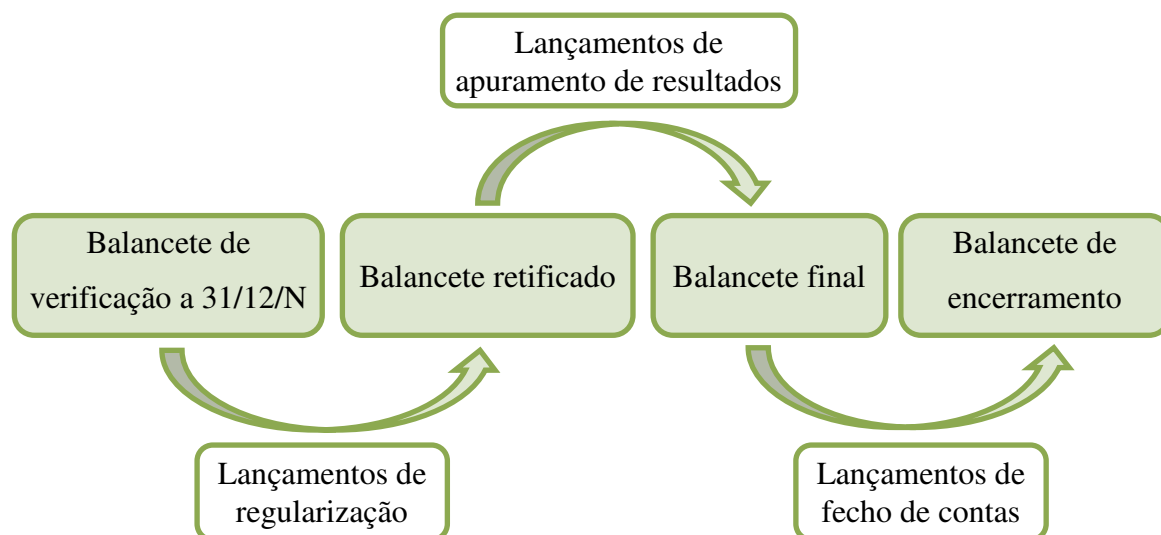
⁴⁴ www.gee.min-economia.pt/.

todas as outras na medida em que tive algum contacto com elas, e sem o conhecimento das quais não seria possível proceder à realização de algumas tarefas como é exemplo a elaboração da Declaração Anual/IES.

5.6.1. Encerramento de contas e apuramento do resultado contabilístico

As operações de fim de exercício têm uma sequência lógica e como ponto de partida, os elementos dados pelo balancete de verificação de fim de exercício e pelo inventário patrimonial da empresa, desenvolvendo-se as operações de fim de exercício de acordo com a Figura 9 abaixo apresentada.

Figura 9 – Esquema sequencial das operações de fim de exercício



Fonte: Elaboração própria, adaptada de Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010)

No processo de encerramento de contas e apuramento do resultado contabilístico o ponto de partida é, como se referiu, o balancete de verificação de fim de exercício e o inventário patrimonial da empresa. Assim, tendo em vista retificar os saldos contabilísticos das contas, resultantes de valores não registados, constantes no balancete de verificação procede-se aos lançamentos de correção e regularização, tendo sempre presente o regime de acréscimo⁴⁵ (periodização económica) e da continuidade⁴⁶ visto serem os pressupostos subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras.

⁴⁵ Corresponde ao registo dos acontecimentos quando eles ocorrem e no período a que respeitam independentemente do seu recebimento ou pagamento.

⁴⁶ Corresponde ao pressuposto que a entidade vai continuar a sua atividade no futuro.

Os lançamentos de regularização mais frequentes provêm da análise das contas de caixa, bancos, clientes, fornecedores, existências, ativos fixos tangíveis, impostos, mas também da inclusão e classificação de documentos que estavam em falta, assim como da verificação das contas de acréscimos e diferimentos, pois há gastos e rendimentos que afetam períodos económicos diferentes.

Os referidos lançamentos de regularização provêm ainda do cálculo das depreciações e amortizações, das imparidades, da constituição ou reforço de provisões, do cálculo das estimativas de IRC e do valor do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), assim como de outras situações que necessitem de correção (Borges, Rodrigues & Rodrigues, 2010).

Após serem feitos os lançamentos de correção obtém-se o balancete retificado, que permite elaborar a demonstração dos resultados, efetuando-se seguidamente os lançamentos de apuramento de resultados, antes de imposto e líquido, obtendo-se assim o balancete final, que permite elaborar o balanço, sendo posteriormente feitos os lançamentos de encerramento, obtendo-se então o balancete de encerramento.

5.6.2. Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras têm como objetivo “*proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas*”, conforme disposto no parágrafo 12 da Estrutura Conceptual⁴⁷.

A Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro prevê os modelos das demonstrações financeiras e alguns esclarecimentos, não só para as entidades que adotam as NCRF, mas também para aquelas que, nos termos do referido artigo 9º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho apliquem as NCRF-PE, que correspondem a um balanço, uma demonstração de resultados por natureza e outra por funções e respetivos anexos, conforme disposto no artigo 2º da referida Portaria.

⁴⁷ Publicada pelo Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro.

5.6.3. Prestação de contas

A prestação de contas encontra-se prevista no n.º 1 do artigo 65º do CSC ao referir que “*Os membros a administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos a cada exercício anual*”⁴⁸.

A prestação de contas deve ser feita, de uma forma genérica, no prazo de três meses a contar da data de encerramento de cada exercício anual, em assembleia geral, a fim de se proceder à aprovação das contas e demais documentos contabilísticos e fiscais, assim como à aplicação dos resultados, conforme disposto no n.º 5 do artigo 65º e no n.º 1 do artigo 376º do referido código. A fim de conferir validade a esta aprovação de contas é ainda necessário proceder à assinatura dos referidos documentos de prestação de contas assim como da respetiva ata de aprovação das mesmas, conforme disposto no n.º 3 do artigo 65º e artigo 63º do CSC.

5.6.4. Relatório de gestão

O relatório de gestão referenciado anteriormente faz parte integrante da prestação de contas, sendo assim apresentado e aprovado nos mesmos prazos e condições dos restantes elementos de prestação de contas. A respeito do relatório de gestão refere o artigo 66º do CSC qual a informação que nele deve estar presente e que a mesma deve ser uma exposição real e clara da evolução do negócio, desempenho e situação da sociedade, devendo abranger tanto aspetos financeiros como não financeiros.

A elaboração do relatório de gestão é um serviço assessorio prestado pela Barquiconta, Lda. visto que, a realização do mesmo é uma obrigação da gestão das empresas clientes, contudo, como têm dificuldade na preparação do mesmo, acaba a Barquiconta, Lda. por os realizar.

Assim, os relatórios preparados pela Barquiconta, Lda. contêm uma breve introdução sobre o contexto económico do país, seguida de uma apresentação dos resultados obtidos e

⁴⁸ Redação dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março

respetivo comentário acerca da evolução do volume de negócios e das maiores fontes de despesa para a entidade, assim como sugestões de melhoria.

Neste relatório são ainda evidenciados os investimentos realizados, o recurso a créditos, as obrigações de e para com terceiros e ainda apresentados alguns indicadores económicos ligados à solvabilidade, autonomia financeira, entre outros.

Este relatório contém também os resultados obtidos e aplicação dos mesmos, assim como a situação contributiva perante a Segurança Social e Finanças, sendo apresentado na sua parte final um parágrafo alusivo às perspetivas futuras e por último feitos os agradecimentos às entidades com quem a empresa trabalha habitualmente.

5.6.5. Dossiê fiscal

A elaboração do dossiê fiscal, encontra-se prevista no n.º 1 do artigo 130º do CIRC ao referir que os sujeitos passivos de IRC, exceto os isentos nos termos do artigo 9º, são obrigados a ter em ordem, durante 12 anos, um arquivo de documentação fiscal para cada período de tributação. A este respeito refere o n.º 1 e 2 do artigo 129º do CIRS que, os sujeitos passivos de IRS, que tenham ou sejam obrigados a ter contabilidade organizada, devem preparar um arquivo de documentação fiscal relativo a cada exercício, que deve ser conservado durante 10 anos.

Nos termos dos referidos artigos, a preparação do arquivo de documentação fiscal, isto é, do dossiê fiscal relativo a cada exercício, deve estar terminada até à data limite de entrega da Declaração Anual/IES, ou seja, até dia 15 de julho com elementos contabilísticos e fiscais que serão definidos por Portaria do Ministério das Finanças.

Os elementos contabilísticos e fiscais que devem constar do arquivo de documentação fiscal são os constantes na Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 94/2013, de 4 de março. Assim, o dossiê fiscal preparado pela Barquiconta, Lda., contém essencialmente:

- Relatório de gestão, parecer do conselho fiscal e documento de certificação legal de contas quando legalmente exigido;
- Demonstrações Financeiras;

- Ata da assembleia geral de aprovação das contas;
- Mapa de modelo oficial de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos em inventários;
- Mapa de modelo oficial das mais-valias e menos-valias fiscais;
- Mapa de modelo oficial das depreciações e amortizações;
- Mapa de modelo oficial das depreciações de bens reavaliados ao abrigo de diploma legal;
- Declarações de retenção na fonte;
- Cópia dos comprovativos dos pagamentos por conta ou pagamentos especiais por conta;
- Modelo 10;
- Modelo 22 / Modelo 3;
- Declaração Anual/IES;
- Balancetes antes e após apuramento de resultados;
- Balanço sintético / Balanço analítico (antes e após apuramento do resultado);
- Outros documentos mencionados nos códigos ou em legislação complementar que devam integrar o processo;
- Outras declarações submetidas à Autoridade Tributária.

5.7. Síntese

Através do capítulo das tarefas desenvolvidas verifica-se que, na prática desde que os documentos chegam ao gabinete, até que se procede ao seu lançamento no programa informático de contabilidade, existem uma série de procedimentos de seleção e organização adotados, que são da máxima importância, pois a falta dos mesmos pode inviabilizar a contabilização de um documento que no fim não é contabilizável, pelo facto do número de contribuinte estar mal mencionado, por exemplo.

O lançamento destes documentos é feito por pessoas e como tal existe a possibilidade de ocorrência de erros ou falhas, sendo utilizadas as práticas de controlo interno acima descritas, de forma a detetar e corrigir esses erros.

Uma entidade, no decorrer do seu ano contabilístico e fiscal, tem de cumprir uma série de obrigações fiscais, as quais foram evidenciadas anteriormente, sendo que destas, o preenchimento da Declaração Anual/IES foi uma das tarefas efetivamente realizadas. Apesar de algumas das obrigações fiscais não terem sido concretizadas, visto que se está a falar de um estágio com um período limitado no tempo, as mesmas foram descritas apenas na medida em que tive contacto com elas e sem o conhecimento das quais não seria possível proceder a uma correta contabilização.

As questões associadas às obrigações fiscais relacionadas com o IVA são muito importantes para quem procede à contabilização dos documentos, visto existirem empresas que pela atividade que desempenham são dele isentas, ou ainda que mantêm relações com os países da comunidade europeia. O regime de IVA em que se insere cada cliente é também uma questão importante pois permite uma melhor organização do trabalho a efetuar e definir prioridades em relação à contabilização dos documentos.

A Declaração Anual/IES é também uma obrigação fiscal muito importante pois é através dela que se faz a comunicação das contas anuais da entidade para a Conservatória do Registo Comercial, Administração Fiscal, INE e Banco de Portugal. Existem ainda obrigações fiscais associadas aos rendimentos das pessoas coletivas, como é o caso da entrega da Modelo 22, do Pagamento Por Conta e ainda do Pagamento Especial por Conta,

mas também associadas aos rendimentos das pessoas singulares como são exemplo as retenções na fonte, a Modelo 3 e da Modelo 10.

No decorrer do seu ano contabilístico e fiscal, uma entidade tem também outras obrigações que não as fiscais sendo elas as contribuições para a Segurança Social e para os fundos de compensação do trabalho. O relatório único é também uma obrigação não fiscal que está diretamente relacionada com os trabalhadores.

Através deste capítulo das tarefas desenvolvidas verifica-se também como decorre o processo das operações de fim de exercício, que passam não só pelo encerramento de contas e apuramento do resultado contabilístico e posterior elaboração das demonstrações financeiras, mas também pela aprovação de contas e elaboração de um relatório de apresentação das mesmas, isto é, do relatório de gestão. A preparação do dossiê fiscal é também uma componente importante das operações de fim de exercício, pois permite consultas futuras dos documentos comunicados à Autoridade Tributária.

6. Análise Crítica

6.1. Introdução

O capítulo da análise crítica aqui apresentado tem como objetivo fazer uma apreciação crítica das tarefas desenvolvidas ao longo do estágio, descritas no capítulo anterior. Este capítulo da análise crítica é composto pelo subcapítulo da introdução, pelo da organização e processo de contabilização de documentos, seguido do subcapítulo das práticas de controlo interno.

Este ponto da análise crítica contem ainda um subcapítulo destinado às obrigações fiscais, assim como às obrigações não fiscais e ainda às operações de fim de exercício, sendo finalizado com uma pequena síntese.

O subcapítulo da introdução apresenta a forma como está organizado o capítulo da análise crítica, sendo nele feita uma pequena menção aos assuntos tratados em cada um dos subcapítulos. No subcapítulo da organização e processo de contabilização de documentos irá fazer-se uma apreciação crítica dos procedimentos adotados pela Barquiconta, Lda., desde o momento, em que os documentos chegam ao gabinete até que são lançados no programa informático de contabilidade.

Seguidamente, no subcapítulo das práticas de controlo interno apresentar-se-á uma análise crítica sobre o desempenho das mesmas, de forma análoga será feito o mesmo no subcapítulo das obrigações fiscais, fazendo-se ainda referência às principais obrigações fiscais, assim como à que foi por mim desenvolvida.

O subcapítulo das obrigações não fiscais apresentará uma apreciação crítica às mesmas, sendo ainda feita menção à obrigação não fiscal desempenhada por mim. No subcapítulo das operações de fim de exercício irá fazer-se também uma análise crítica às referidas operações.

Por fim, no subcapítulo da síntese será apresentado um pequeno resumo com as ideias essenciais sobre este capítulo da análise crítica.

6.2. Organização e processo de contabilização de documentos

Os procedimentos, de organização e contabilização de documentos, adotados pela Barquiconta, Lda., parecem-me ser, de uma forma geral, adequados às características e necessidades de cada entidade, bem como à dimensão e organização contabilística das mesmas.

A forma como é feita a receção, seleção e arquivo de documentos parece-me adequada, todavia no que concerne ao arquivo de documentos poderia ser criado, para além dos quatro já existentes, um outro diário respeitante apenas às operações relacionadas com o Estado. Poderia ainda, no dossiê contabilístico, ser criado um separador para colocar toda a documentação relativa ao controlo interno como sejam os extratos bancários, os extrato de conta do banco, os extratos da conta correntes de clientes e fornecedores, assim como a *check-list* a que se fez referência anteriormente.

O modo como é feita a classificação e o lançamento também me parecem adequados, no entanto, por forma a melhor conseguir identificar o documento contabilístico, o número que lhe é atribuído aquando do seu lançamento, poderia indicar respetivamente o diário, o mês e o número do documento, por exemplo 103001, corresponderia ao diário diversos, do mês de março e ao primeiro documento contabilizado.

6.3. Práticas de controlo interno

As várias práticas de controlo interno adotadas na Barquiconta, Lda. parecem-me apropriadas visto adequarem-se às características e necessidades de cada entidade, bem como à sua dimensão.

A respeito ainda das práticas de controlo interno importa apenas referir que estas práticas poderiam ser efetuadas com maior frequência, por exemplo mensalmente, em detrimento de trimestralmente, o que por vezes não é possível visto que a prioridade acaba por ser o cumprimento dos prazos legais.

6.4.Obrigações fiscais

Na Barquiconta, Lda. toda a equipa que vai contabilizando e tratando os documentos de cada cliente, sendo a tarefa inerente ao cumprimento das obrigações fiscais, isto é, ao processo de envio das declarações relativas ao IVA, ao IRS e ao IRC supervisionada e submetida por três elementos com maiores responsabilidades a seu cargo.

A entrega da Declaração Anual/IES é uma obrigação fiscal baseada nas demonstrações financeiras, que são documentos já encerrados aquando do preenchimento da referida declaração e cujo prazo de entrega coincidiu com o período no qual decorreu o estágio, motivo pelo qual tive oportunidade de proceder ao preenchimento de algumas IES, tarefa que foi supervisionada por elementos com maior responsabilidade a seu cargo.

6.5.Obrigações não fiscais

O cumprimento das obrigações não fiscais, nomeadamente a que respeita às contribuições para a Segurança Social, são também tarefas supervisionadas e submetidas por três elementos com maiores responsabilidades a seu cargo.

O prazo de preenchimento e entrega do relatório único também coincidiu com o período no qual decorreu o estágio, tendo assim surgido a oportunidade de proceder ao preenchimento de alguns relatórios únicos, tarefa que foi supervisionada por elementos com maior responsabilidade a seu cargo.

6.6.Operações de fim de exercício

As operações de fim de exercício, mais concretamente as de encerramento de contas e apuramento do resultado contabilístico, assim como as inerentes à elaboração das demonstrações financeiras são habitualmente realizadas pelos elementos da organização que têm experiência na realização das mesmas.

As restantes operações de fim de exercício, como as associadas à prestação de contas, e elaboração do relatório de gestão, são da responsabilidade da gestão, ou seja, dos clientes, contudo a Barquiconta, Lda. costuma auxiliar na elaboração dos mesmos, visto que os

clientes são na sua maioria micro e pequenas empresas e não estão à vontade na redação dos mesmos.

As tarefas inerentes às operações de fim de exercício, não foram, em grande parte, acompanhadas por mim, visto que o início do estágio ocorreu após a data de preparação dos documentos a elas associadas, apesar de ter tido um contacto muito direto com eles aquando da preparação da Declaração Anual/IES.

A preparação do dossiê fiscal foi outra das tarefas por mim desempenhada e tem como principal vantagem a consulta futura dos documentos comunicados à Autoridade Tributária.

6.7.Síntese

Através deste capítulo da análise crítica verifica-se que os procedimentos, de organização e contabilização de documentos, adotados pela Barquiconta, Lda. são, de uma forma geral, adequados às características e necessidades de cada entidade, bem como à dimensão e organização contabilística das mesmas.

Todavia existe sempre a possibilidade de adotar procedimentos diferentes, nomeadamente no que concerne ao arquivo através da adoção de um diário respeitante apenas às operações relacionadas com o Estado ou até de um separador para colocar toda a documentação relativa ao controlo interno.

As práticas de controlo interno adotadas pela Barquiconta, Lda. também me parecem ser adequadas, ressalvando apenas que poderiam ser efetuadas com maior frequência, por exemplo mensalmente, em detrimento de trimestralmente, o que por vezes não é possível visto que a prioridade acaba por ser o cumprimento dos prazos legais impostos não só pela Autoridade Tributária como por outras entidades.

As obrigações fiscais e não fiscais são tarefas que na sua generalidade são supervisionadas e submetidas por três elementos com maiores responsabilidades a seu cargo.

Por fim, no que respeita às operações de fim de exercício estas são habitualmente executadas pelos elementos da organização que têm experiência na execução das mesmas.

7. Conclusão

7.1. Principais conclusões

A realização do presente relatório de estágio permitiu concluir que a contabilidade tem registado uma significativa evolução nos últimos tempos, no entanto nem sempre assim foi, o caminho percorrido até aos dias de hoje foi acompanhado de avanços e retrocessos. No que se refere à profissão verifica-se que finalmente começa a ter a dignidade, o respeito e o prestígio que realmente merece (Gomes, Graig & Rodrigues, 2004).

Apesar do referido em relação à profissão de TOC registou-se, em Portugal, de 2008 para 2012 um decrescimento das organizações que desenvolvem as “Atividades de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal” representando estas, em 2012, cerca de 2% das que desenvolvem a sua atividade no país, correspondendo 2% àquelas que exercem as “Atividades de contabilidade e auditoria”, no Médio Tejo, fazendo parte deste grupo a entidade que me acolheu para a realização do estágio, visto que todos os gabinetes da Barquiconta, Lda. se encontram localizados nesta região.

A Barquiconta, Lda. é uma Sociedade por Quotas que se encontra no mercado há cerca de dez anos, e que surgiu com o objetivo de prestar um conjunto alargado de serviços, com a melhor qualidade não só na área da contabilidade, mas também no apoio fiscal e à gestão, tendo recentemente apostado no apoio jurídico aos seus clientes, através de uma parceria com um advogado reconhecido.

A descrição das tarefas realizadas na entidade acolhedora, feita anteriormente, representam a componente prática deste relatório, assim para a concretização da mesma foi utilizada uma metodologia, isto é, uma técnica de pesquisa que foi definida tendo em conta não só a forma de recolha da informação para o relatório de estágio, mas também o objetivo que se pretende atingir com o estágio, tendo-se optado como técnica de pesquisa a observação direta, nomeadamente a participante.

Assim, em relação às tarefas desenvolvidas pode concluir-se que desde que os documentos chegam ao gabinete até que é feito o seu lançamento no programa contabilístico passam por vários processos, processos esses que são executados por

pessoas, existindo assim a possibilidade de ocorrência de erros ou falhas, sendo utilizadas práticas de controlo interno por forma a detetar e corrigir esses erros.

Conclui-se ainda que existem uma série de obrigações fiscais e não fiscais entre outros procedimentos, como o encerramento de contas, que têm de ser cumpridos, alguns dos quais foram desenvolvidos e descritos por mim, sendo os que apresentei meramente exemplificativos, dado que existem outras tarefas que são desempenhadas num gabinete e que não foram descritas pelo facto de não ter tido contacto com elas devido ao período em que decorreu o estágio.

A realização deste estágio foi uma excelente oportunidade para mim, visto que estou a terminar o meu percurso académico e me permite consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do mesmo, assim como ter um contacto direto com a realidade profissional, por vezes um pouco distinta da realidade académica.

A este respeito e dada a importância deste estágio seria excelente que fossem criados protocolos entre empresas e institutos superiores que permitissem aos alunos aliar o conhecimento teórico à realidade prática, não só no final do seu percurso académico, mas também ao longo dele, apesar de haver um grande esforço por parte dos docentes em trazer exemplos reais para as aulas.

A realização do meu estágio teve aspetos muito positivos, mas também outros negativos, isto porque, apesar de ter algum contacto com os documentos contabilísticos e respetiva organização dos mesmos, através da realização da simulação empresarial, esta era a realidade de uma só empresa, sendo a organização da documentação por vezes diferente de entidade para entidade, para além de que se está perante a realidade de várias empresas dos mais variados setores de atividade, o que exigiu da pessoa responsável, pelo meu estágio dentro da organização, alguma disponibilidade de tempo para me explicar os procedimentos adotados na entidade.

A minha integração na equipa de trabalho da Barquiconta, Lda. decorreu de forma natural, pois toda a equipa foi bastante acolhedora, tendo o estágio corrido bem, mas também de acordo com as minhas expectativas, dado que as tarefas desempenhadas foram importantes, de grande interesse e exercidas de forma satisfatória, o que contribuiu para

aprofundar os conhecimentos acerca das obrigações das empresas no decorrer do seu exercício económico, assim como para o meu desenvolvimento profissional e intelectual.

Os conhecimentos adquiridos ao longo destes cinco anos de ensino superior foram essenciais para todo o trabalho executado no estágio, dado que as práticas contabilísticas foram ensinadas de acordo com o SNC, não tendo assim sentido grandes dificuldades e aquelas que senti foram rapidamente ultrapassadas. Penso que a minha contribuição para organização foi positiva e que correspondi satisfatoriamente às expectativas. Os objetivos do estágio foram na sua generalidade cumpridos, fazendo um balanço bastante positivo do mesmo.

Da realização deste estágio fica não só os conhecimentos adquiridos, mas também a relação humana com clientes e colegas de trabalho, assim como o trabalho em equipa, a auto ajuda e o companheirismo. Em suma, todos os conhecimentos e experiências adquiridos ao longo o meu percurso académico e deste estágio foram um grande contributo para o futuro, saindo sem dúvida a minha formação académica valorizada, em resultado deste contacto com a realidade profissional.

7.2.Limitações

Ao longo da elaboração deste relatório deparei-me com algumas limitações, nomeadamente relativas à bibliografia disponível, mais concretamente há existência de manuais pouco atuais acerca dos conceitos básicos da contabilidade, o mesmo ocorreu em relação aos manuais sobre metodologia, que para além de parcos não são recentes.

Outra das limitações prende-se com o período em que decorreu o estágio e com a duração do mesmo, isto porque, existem tarefas que se realizam em determinados períodos do ano em específico, como é o caso das inerentes ao processo de encerramento de contas, tarefas importantes que me permitiriam consolidar os conhecimentos adquiridos no decurso da minha formação académica e que gostaria de ter desenvolvido, mas que, pelo motivo referido não tive oportunidade.

Bibliografia

- AICPA, A. I. (2014). *About: Mission and History*. Obtido em 25 de março de 2014, de American Institute of Certified Public Accountants: <http://www.aicpa.org/ABOUT/MISSIONANDHISTORY/Pages/MissionHistory.aspx>
- Alves, G. C., & Costa, C. B. (2001). *Contabilidade Financeira* (4.^a ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, aprova a Estrutura Conceptual do SNC. (2009). *Diário da República*, 2.^a série – N.º 173. Secretaria Geral-Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de setembro, aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE). (2009). *Diário da República*, 2.^a série – N.º 173. Secretaria Geral-Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Barquiconta Contabilidade e Gestão, L. (2011). *Empresa*. Obtido em 10 de abril de 2014, de Barquiconta Contabilidade e Gestão, Lda.: <http://barquiconta.pt/?pag=empresa>
- Barquiconta Contabilidade e Gestão, L. (2011). *Serviços*. Obtido em 10 de abril de 2014, de Barquiconta Contabilidade e Gestão, Lda.: <http://barquiconta.pt/?pag=servicos>
- Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicável à Ciências Sociais. Em I. M. Beuren, *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade - Teoria e Prática* (3.^a ed., pp. 76-97). Editora Atlas S.A.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Morgado, J. (2004). *Contabilidade e Finanças para a Gestão* (2.^a ed.). Lisboa: Áreas Editora, S.A.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral* (25.^a ed.). Lisboa: Áreas Editora, S.A.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chambers, R. J. (1995). *An Accounting Thesaurus: Accounting over 500 years*. Oxford: Elsevier Science Ltd.
- Código do Trabalho. (2010). Porto Editora.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). (2009). *Diário da República*, 1.^a série – N.º 133. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto, altera o Código do IVA. (2009). *Diário da República*, Suplemento, 1.^a série – N.º 155. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de agosto, altera o Código do IVA. (2012). *Diário da República*, 1.^a série – N.º 164. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 211/2005, de 7 de dezembro, altera o Código do IRS. (2005). *Diário da República*, 1.^a série A – N.º 234. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, aprova o Código das Sociedades Comerciais. (1986). *Diário da República*, 1.^a série – N.º 201. Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, altera o Código das Sociedades Comerciais. (2005). *Diário da República*, Suplemento, 1.^a série A – N.º 34. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

- Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. (1984). *Diário da República, Suplemento, 1.ª série – N.º 297*. Ministério das Finanças e do Plano.
- Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, aprova a Lei Geral Tributária (LGT). (1998). *Diário da República, 1.ª série A – N.º 290*. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. (1988). *Diário da República, Suplemento, 1.ª série – N.º 277*. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. (1988). *Diário da República, 2.º Suplemento, 1.ª série – N.º 277*. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, altera o Código das Sociedades Comerciais. (2006). *Diário da República, Suplemento, 1.ª série A – N.º 63*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, cria a Informação Empresarial Simplificada (IES). (2007). *Diário da República, 1.ª série – N.º 12*. Ministério da Justiça.
- Estes, R. (1992). *Dictionary of Accounting* (2.ª ed.). Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar - Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gomes, D., Graig, R., & Rodrigues, L. L. (janeiro de 2004). Corporativismo, Liberalismo e a Profissão Contabilística em Portugal desde 1755. *TOC, N.º 46*, pp. 24-39.
- História da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas 10º (1995-2005). (2007). Em J. F. Guimarães, *Técnicos Oficiais de Contas* (pp. 153-254). INFOCONTAB.
- IFAC, I. F. (2014). *History*. Obtido em 2 de abril de 2014, de International Federation of Accountants: <http://www.ifac.org/about-ifac/organization-overview/history>
- INE, I. N. (s.d.). *Dados Estatísticos, Base de Dados*. Obtido em 10 de maio de 2014, de INE, Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006541&contexto=bd&selTab=tab2
- INE, I. N. (s.d.). *Sistema de Metainformação*. Obtido em 10 de maio de 2014, de INE, Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. d. (1996). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. (2009). *Diário da República, 1.ª série – N.º 180*. Assembleia da República.
- Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro, altera a Lei que aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. (2009). *Diário da República, 1.ª série – N.º 251*. Assembleia da República.
- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, altera o Código do IRC. (2014). *Diário da República, 1.ª série – N.º 150*. Assembleia da República.
- Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). (2010). *Diário da República, 1.ª série – N.º 163*. Assembleia da República.

- Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, aprova o Regime jurídico do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT). (2013). *Diário da República*, 1.ª série – N.º 167. Assembleia da República.
- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2014. (2013). *Diário da República*, Suplemento, 1.ª série – N.º 253. Ministério das Finanças e do Plano.
- Machado, J. B. (1998). *Contabilidade Financeira: da perspectiva da determinação dos resultados*. Lisboa: Protocontas.
- Major, M. J., Robalo, R., & Vieira, R. (2009). Investigação Qualitativa em Contabilidade. Em M. J. Major, & R. Vieira, *Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 129-161). Lisboa: Escolar Editora.
- OTOC, O. d. (2014). *História*. Obtido em 1 de abril de 2014, de Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: <http://www.otoc.pt/pt/a-ordem/historia/>
- OTOC, O. d. (2014). *Regras de inscrição e regulamentos*. Obtido em 3 de 4 de 2014, de Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/regulamentoatualizado.pdf>
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro, aprova o Código de Contas. (2009). *Diário da República*, 1.ª série A – N.º 175. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria n.º 108-A/2011, de 14 de março, altera a portaria que regula o conteúdo e prazo de entrega do Relatório Único . (2011). *Diário da República*, 1.ª série – N.º 51. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.
- Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, aprova o Modelo declarativo da Informação Empresarial Simplificada (IES) e respetivos anexos. (2007). *Diário da República*, Suplemento, 1.ª série – N.º 34. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, cria o Ficheiro Normalizado de Exportação de Dados. (2007). *Diário da República*, Suplemento, 1.ª série – N.º 60. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria n.º 499/2007, de 30 de abril, aprova as Normas relativas ao envio da Informação Empresarial Simplificada (IES) por transmissão eletrónica de dados. (2007). *Diário da República*, 1.ª série – N.º 83. Presidência de Conselho de Ministros.
- Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, regula o conteúdo e prazo de entrega do Relatório Único. (2010). *Diário da República*, 1.ª série – N.º 14. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.
- Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro, define os elementos que integram o dossiê fiscal . (2011). *Diário da República*, 1.º Suplemento, 1.ª série – N.º 4. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, aprova os Modelos de Demonstrações Financeiras. (2009). *Diário da República*, 1.ª série – N.º 173. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Anexos

Anexo 1

Tabela 1 – Metainformação⁴⁹ associada ao indicador Empresas (N.º)

Empresas (N.º)	
Designação	Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual
Periodicidade	Anual
Fonte	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas
Primeiro período disponível	2004
Último período disponível	2012
Dimensões	
Dimensão 1	Período de referência dos dados
Dimensão 2	Localização geográfica (NUTS - 2002)
Dimensão 3	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)
Conceitos	
Empresa	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
Período de Referência	Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).
Fórmula	IES
Unid. de Medida (símbolo)	Número (N.º)
Potência de 10	0
Data da última atualização	04-mar-2014
Notas (s): Com a entrada em vigor de um novo SNC, em 2010, foi produzida uma nova série de estatísticas das empresas, de acordo com as regras do SNC, para o período 2004-2009, que permite a comparação com os dados de 2010.	

Fonte: Elaboração própria, baseado no quadro de metainformação gerado na aplicação dos indicadores do INE

⁴⁹ Descrição/conjunto de características de um dado, no caso concreto do INE, está integrada num “Sistema de Metainformação”, repositório que integra e disponibiliza conceitos, classificações, variáveis, suportes de recolha de informação e documentação metodológica com aplicação no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), disponível em <http://smi.ine.pt/>, in Sistema de Metainformação, acedido em 10 de maio de 2014.

Anexo 2

Tabela 2 – Metainformação associada ao indicador Pessoal ao serviço (N.º) das empresas

Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas	
Designação	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual
Periodicidade	Anual
Fonte	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas
Primeiro período disponível	2004
Último período disponível	2012
Dimensões	
Dimensão 1	Período de referência dos dados
Dimensão 2	Localização geográfica (NUTS - 2002)
Dimensão 3	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)
Conceitos	
Empresa	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
Período de referência	Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).
Unidade de Medida (símbolo)	Número (N.º)
Potência de 10	0
Data da última atualização	04-mar-2014

(Observação: continua na página seguinte)

Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas	
Conceito	
Pessoal ao serviço	<p>Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições:</p> <p>a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração;</p> <p>b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas);</p> <p>c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados;</p> <p>d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que:</p> <p>i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês;</p> <p>ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados;</p> <p>iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários);</p> <p>iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por 'recibos verdes').</p>
<p>Notas (s): Com a entrada em vigor de um novo SNC, em 2010, foi produzida uma nova série de estatísticas das empresas, de acordo com as regras do SNC, para o período 2004-2009, que permite comparação com os dados de 2010.</p>	

Fonte: Elaboração própria, baseado no quadro de metainformação gerado na aplicação dos indicadores do INE

Anexo 3





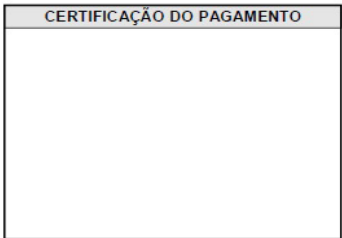

Tabela 3 – Metainformação associada ao indicador Volume de negócios (€) das empresas

Volume de negócios (€) das empresas	
Designação	Vol. de neg. (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Atividade económica (Subclasse-CAE Rev.3); Anual
Periodicidade	Anual
Fonte	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas
Primeiro período disponível	2004
Último período disponível	2012
Dimensões	
Dimensão 1	Período de referência dos dados
Dimensão 2	Localização geográfica (NUTS - 2002)
Dimensão 3	Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)
Conceitos	
Volume de negócios	Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do POC.
Período de referência	Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).
Empresa	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
Unid. Medida (símbolo)	Euro (€)
Potência de 10	0
Última atualização	04-mar-2014
Notas (s): Com a entrada em vigor de um novo SNC, em 2010, foi produzida uma nova série de estatísticas das empresas, de acordo com as regras do SNC, para o período 2004-2009, que permite a comparação com os dados de 2010.	

Fonte: Elaboração própria, baseado no quadro de metainformação gerado na aplicação dos indicadores do INE

Anexo 4

Figura 10 – Documento para pagamento de declaração periódica de IVA



 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA  IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO		DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA	
DOCUMENTO PARA PAGAMENTO DE DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA ENVIADA PELA INTERNET			
IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO			
NOME			
MORADA			
LOCALIDADE		CODIGO POSTAL	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	PERÍODO	IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO	DATA E HORA DE RECEPÇÃO DA DECLARAÇÃO
	2014 / 06T		2014-07-28 15:39:42
Referência para pagamento		O pagamento pode ser efectuado através da Internet, no Multibanco, nas Secções de Cobrança dos Serviços de Finanças e nos balcões dos CTT e das Instituições de Crédito, utilizando as referências indicadas. Para efectuar o pagamento pela Internet, utilize o serviço on-line do seu Banco e seleccione "Pagamentos ao Estado". Os pagamentos superiores a € 100.000,00 não podem ser efectuados no Multibanco, devendo utilizar-se os outros locais de pagamento acima referidos.	
Linha Óptica			
Importância a Pagar			
€ 3.118,85			
REFERÊNCIA			
 621021000363120713614580781			
IMPORTÂNCIA			
 000000311885			
CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO		ASSINATURA	
			



Página 1 de 1

Fonte: Barquiconta, Lda.

Anexo 5

Figura 11 – Documento de cobrança do Pagamento Por Conta



 AT autoridade tributária e aduaneira	PAGAMENTO DE IRC - MODELO P1
IDENT. DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO FISCAL
Exercício	2014
TIPO DE PAGAMENTO	
Autoliquidação 1º <input type="text" value="11"/>	
Pagamento Por Conta 1º <input type="text" value="21"/> 2º <input type="text" value="22"/> X 3º <input type="text" value="23"/>	
Pagamento Especial Por Conta 1º <input type="text" value="31"/> 2º <input type="text" value="32"/> 3º <input type="text" value="33"/>	
Pagamento Adicional Por Conta 1º <input type="text" value="41"/> 2º <input type="text" value="42"/> 3º <input type="text" value="43"/>	
Referência para Pagamento	
Importância a pagar	
187,40	
CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO	
 64102100056835360605219078100000001874069	



 AT autoridade tributária e aduaneira	PAGAMENTO DE IRC - MODELO P1
IDENT. DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO FISCAL
Exercício	2014
TIPO DE PAGAMENTO	
Autoliquidação 1º <input type="text" value="11"/>	
Pagamento Por Conta 1º <input type="text" value="21"/> 2º <input type="text" value="22"/> X 3º <input type="text" value="23"/>	
Pagamento Especial Por Conta 1º <input type="text" value="31"/> 2º <input type="text" value="32"/> 3º <input type="text" value="33"/>	
Pagamento Adicional Por Conta 1º <input type="text" value="41"/> 2º <input type="text" value="42"/> 3º <input type="text" value="43"/>	
Referência para Pagamento	
Importância a pagar	
187,40	
CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO	
	

Fonte: Barquiconta, Lda.

Anexo 6

Figura 12 – Documento de cobrança do Pagamento Especial Por Conta


 AT autoridade tributária e aduaneira	PAGAMENTO DE IRC - MODELO P1
IDENT. DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO FISCAL
Exercício	2014
TIPO DE PAGAMENTO	
Autoliquidação 1º <input type="text" value="11"/>	
Pagamento Por Conta 1º <input type="text" value="21"/> 2º <input type="text" value="22"/> 3º <input type="text" value="23"/>	
Pagamento Especial Por Conta 1º <input type="text" value="31"/> X 2º <input type="text" value="32"/> 3º <input type="text" value="33"/>	
Pagamento Adicional Por Conta 1º <input type="text" value="41"/> 2º <input type="text" value="42"/> 3º <input type="text" value="43"/>	
Referência para Pagamento	
Importância a pagar	
509,66	
<div style="border: 1px solid black; width: 150px; margin: 0 auto; padding: 5px;"> CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO </div>	
 64102100056135357433020078100000005096647	

 AT autoridade tributária e aduaneira	PAGAMENTO DE IRC - MODELO P1
IDENT. DOCUMENTO	IDENTIFICAÇÃO FISCAL
Exercício	2014
TIPO DE PAGAMENTO	
Autoliquidação 1º <input type="text" value="11"/>	
Pagamento Por Conta 1º <input type="text" value="21"/> 2º <input type="text" value="22"/> 3º <input type="text" value="23"/>	
Pagamento Especial Por Conta 1º <input type="text" value="31"/> X 2º <input type="text" value="32"/> 3º <input type="text" value="33"/>	
Pagamento Adicional Por Conta 1º <input type="text" value="41"/> 2º <input type="text" value="42"/> 3º <input type="text" value="43"/>	
Referência para Pagamento	
Importância a pagar	
509,66	
<div style="border: 1px solid black; width: 150px; margin: 0 auto; padding: 5px;"> CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO </div>	
	

Fonte: Barquiconta, Lda

Anexo 7

Figura 13 – Extrato de Declaração de Remunerações Entregue por *internet*



EXTRATO DE DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES ENTREGUE POR INTERNET

Identificação da Entidade Empregadora:

Nome:
 Número de Identificação da Segurança Social: :
 Estabelecimento: 0001
 Número de Contribuinte:
 Número de Identificação Fiscal:
 Taxa: 11.0 %
 Mês de Referência: 2014/06

NISS PS	Nome	Data Nascimento	Mês Referência	Dias de Trabalho	Valor das Remunerações	Código Remun.
		1988/11/07	2014/06	30,0	€ +485,00	P
		1988/11/07	2014/06	0,0	€ +42,60	R

Total das Remunerações - Cálculo das Contribuições

Total Remunerações		Taxa		Total Contribuições
€ +527,60	X	11,0%	=	€ +58,04

Processado por computador
 Codigo de Certificação: 2014/04853453

1/1

Fonte: Barquiconta, Lda.

Anexo 8

Figura 14 – Nota de acompanhamento, para pagamento da Segurança Social

SEGURANÇA SOCIAL - TAXA SOCIAL ÚNICA	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	N.I.F.:
Morada:	
Localidade:	
Cód. Postal:	
REFERÊNCIA DO PAGAMENTO	VALOR A PAGAR
Junho / 2014	393,26 EUR
FORMA DE PAGAMENTO	
<input type="checkbox"/> Junto numerário para pagamento das contribuições da Segurança Social. <input type="checkbox"/> Junto envio cheque para pagamento das contribuições da Segurança Social. <input type="checkbox"/> Autorizo o débito na nossa conta D. Ordem com o NIB _____ do valor acima mencionado para pagamento das contribuições da Segurança Social.	
AUTENTICAÇÃO	
<div style="text-align: right;"> _____ Assinatura e Carimbo </div>	

Fonte: Barquiconta, Lda.